



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 87.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 24 de maio de 2012, às 08:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Luciano Junqueira Melo, Presidente Suplente da URC Alto São
2 Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado de
3 Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das
4 Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
5 Gerais – Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho
6 Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA; Francisco
7 de Assis Braga, representante Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
8 Ambiental – ABES; Edécio José Caçado Ferreira, representante Federação da
9 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Dirceu de Oliveira Costa,
10 representante Conselho Municipal de Meio Ambiente – Codema – Pains; Mauro
11 Ferreira Ellovitch, representante Ministério Público; Roberto Soares Nogueira,
12 representante Comitê da Bacia Três Marias; Anaximandro Lourenço Azevedo Feres,
13 representante Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas – Arcos/Divinópolis;
14 Adauto Egídio Leite Netto, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
15 Econômico - SEDE; Gilberto da Silva, representante Secretaria Estadual de
16 Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Wesley R. Avelar,
17 representante Grupo Ar; Lessandro Gabriel Costa, representante Associação
18 Ambientalista Alto São Francisco, Lagoa da Prata. A reunião foi presidida pelo
19 superintendente da Superintendência de Regularização Ambiental Sul de Minas,
20 Luciano Junqueira Melo e deu início a reunião com a execução do Hino Nacional. –
21 **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. - Item 3. Comunicado dos**
22 **Conselheiros. – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – “Bom dia a todos!**
23 *Gostaria de comunicar que nós, nesse período desses 30 dias recebemos a visita de*
24 *uma profissional do Ministério do Meio Ambiente, a Dalcira. Nós visitamos alguns*
25 *municípios na região do Alto São Francisco com o objetivo de conhecer tecnologias e*
26 *também os aterros sanitários controlados, lixões. Nós ainda temos lixões na região.*
27 *Também os processos de coleta seletiva, as associações de catadores. No início dos*
28 *trabalhos nós acompanhamos. Acompanhei os municípios de Arcos, Pains, Piumhi e*
29 *São Roque de Minas. Quero dar um destaque para o município de Pains que está de*
30 *parabéns com o serviço de coleta seletiva. Em pouco tempo evoluiu muito o serviço. Eu*
31 *tenho fotos do catador colhendo com o carrinho de mão, depois passou para uma*
32 *carrocinha. Não estava dando conta de puxar o material que o povo estava separando,*
33 *colocamos uma carroça com um cavalo para auxiliar nos trabalhos. Logo na*
34 *sequência, tivemos que comprar um caminhão. Isso mostra o envolvimento da*
35 *comunidade e a responsabilidade do povo de Pains, da Secretaria Municipal de Meio*
36 *Ambiente e entidades que apoiam essa iniciativa. No município de Piumhi também, nós*
37 *estamos com um trabalho lá. Já está bastante avançado. Já tivemos várias reuniões. Já*



38 foram executadas algumas atividades no sentido de caracterizar o lixo, cadastrar os
39 principais produtores de lixo. Já estamos buscando uma forma também para estar
40 implantando a coleta seletiva no município. A administração Municipal está muito
41 empenhada. Na reunião que nós fizemos com o Ministério do Meio Ambiente que
42 aconteceu na sede do Rotary tinha uma representação muito boa. Aproximadamente 50
43 pessoas e pessoas empenhadas em resolver esse problema que aflige o mundo inteiro
44 que é o lixo.” – Lessandro – Representante AASF – “Bom dia! Só complementando o
45 que o Dirceu colocou, a Maria Dalcira Bezerra que é do Meio Ambiente esteve na
46 Região do Alto São Francisco na visita agora recente. Em 2006 ela esteve aqui em
47 nome da Ministra Marina Silva e foi uma mobilização do Comitê de Bacias do Rio São
48 Francisco que a AASF mobilizou na cidade de Bambuí com todos os prefeitos da
49 região. Na época com os 29 prefeitos dos municípios do Alto São Francisco para
50 disseminar a questão das estações de tratamento de esgoto, dos projetos das estações
51 de tratamento de esgoto. Daquela época para cá, em 2006, nós tínhamos a consciência
52 de que só o município de Arcos tratava 80% do esgoto. 80% pelo município. O
53 tratamento de esgoto naquela época, em 2006 só Arcos que tinha esse tratamento de
54 esgoto. Com essa vinda do Governo Federal, essa representante, Maria Dalcira
55 Bezerra, que esteve aqui e voltou agora recentemente é que nós pudemos deslançar os
56 projetos para as estações de tratamento de esgoto. Dos 29 municípios hoje do Alto São
57 Francisco 22 já estão em fase de execução, aprovação e inauguração das obras. Tem
58 como exemplo o município de Lagoa da Prata que recebeu agora o recurso para
59 despoluir a lagoa de 7.5 km, que é afluente do Rio Jacaré e do Rio São Francisco, os
60 seus 32 milhões da CODEVASF. Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade e
61 convidar a todos que na semana que se comemora agora, a próxima semana que vem o
62 dia Mundial do Meio Ambiente, a Associação Ambientalista do Alto São Francisco, o
63 CBH ASF-01 e todos os afluentes do Alto São Francisco, a Polícia Ambiental de Lagoa
64 da Prata, a Guarda Municipal de Lagoa da Prata e a Secretaria Municipal de Lagoa
65 da Prata e Japaraíba estarão realizando uma blitz ecológica com distribuição de
66 mudas de arborização urbana, nativas e frutíferas na data do dia 05 de julho, junho
67 desculpa, terça- feira de 09 as 12 horas na Sede da Polícia Ambiental de Lagoa da
68 Prata. Dentro das programações haverá várias palestras nas escolas da região, dos
69 municípios de Lagoa da Prata, Moema e Japaraíba e alguns programas de rádio
70 educativos com temas alusivos com ambiental, educação para as águas, queimadas e
71 outros mais. Gostaria também de encerrar a minha fala pedindo a SUPRAM que nos
72 desse um apoio já que o edital para a nova composição dos membros aqui do Conselho
73 já foi publicada, já está em andamento que nós pudéssemos ter um apoio mais firme da
74 SUPRAM. Nós sabemos que nós temos, mas as decisões desses processos eleitorais
75 sempre vêm as dúvidas. Nós sabemos que no último processo nós tivemos alguns
76 entavezinhos, mas que esse processo hoje se encontra de uma forma bem mais clara
77 para nós. Ainda existem algumas dúvidas. Por exemplo, na questão das ONG’s fala que
78 as ONG’s teriam que estar cadastradas no Conselho de Entidades do Estado, Conselho
79 de Entidades Ambientalistas do Estado. Hoje, na região, as ONG’s que estão no site da
80 SEMAD que estão cadastradas só estão a AAASF, a ABASF, Associação de Usuários, a
81 FEAMA, a ARPIA e a NORDESTA. Nós temos aqui o Grupo AR que parece que não
82 está cadastrado, mas que nós pudéssemos tentar ver essa abertura ou que forma o
83 grupo poderia estar participando conosco, porque eu acho que nós poderíamos até
84 marcando uma reunião junto com a SUPRAM para nós tentarmos resolver essas
85 questões. Claro que teve até um prazo para questão de questionamento de edital, nós



86 *sabemos e nós vimos lá, mas eu acho que algumas ONG's estariam prejudicadas dentro*
87 *do processo que foi fechado. Nós veríamos que tipo de abertura nós poderíamos fazer*
88 *ou até fazer uma reunião com essas ONG's que talvez estariam participando, para que*
89 *nós fizéssemos igual fizemos da última vez com o Comitê de Bacias que cada ano um*
90 *Comitê participasse. Um ano foi o Comitê do Pará, o outro do Alto São Francisco, hoje*
91 *do Entorno de Três Marias. Da mesma forma as ONG's que nós pudéssemos fechar*
92 *entre o grupo que cada ano uma ONG pudesse participar da titularidade, mesmo os*
93 *que ficassem suplentes pudessem vir para essa cadeira para ocupar esse espaço nessa*
94 *reunião tão importante para nossa região. Obrigado.” - Luciano Junqueira Melo -*
95 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Informou ao conselheiro para*
96 *procurar a SUPRAM para receber o apoio solicitado. “Nós temos que atentar ao que*
97 *está previsto no edital. A SUPRAM vai fazer os contatos com a DICALC em Belo*
98 *Horizonte para poder esclarecer todas as dúvidas que vocês tenham para que possam*
99 *ter o processo seletivo mais adequado, mais liso possível.” – Adauto – Representante*
100 *SEDE – Cumprimentou a todos e se apresentou. “Meu nome é Adauto. Tenho aqui a*
101 *ádua missão de tentar substituir o Lucélio como representante da SEDE. Gostaria de*
102 *comunicar, inclusive, aos presentes na plateia do evento que aconteceu recentemente*
103 *na Cidade Administrativa que foi a chancela da ONU ao Prêmio Mineiro da Gestão*
104 *Ambiental que por sinal é o único regional, o único que existe, o único estado que*
105 *possui. Similar ao Prêmio da qualidade que existe em todos os estados, inclusive o*
106 *nacional. O de Meio Ambiente, somente Minas Gerais possui. Nós recebemos um*
107 *embaixador da ONU que chancelou o Prêmio Mineiro, a metodologia do Prêmio*
108 *Mineiro de Gestão Ambiental privilegiando aqueles que procuram desempenho*
109 *ambiental acima de alto nível, acima do normal. Vai ser apresentado, inclusive, na*
110 *Rio+20 como a metodologia válida na tentativa de expandir para os outros estados e*
111 *também promover um nacional. É sobre esse desempenho de alto nível que eu me*
112 *refiro, eu gostaria que cada empreendedor e principalmente os diretores e os donos das*
113 *empresas presentes pensassem como está o desempenho ambiental da sua empresa*
114 *hoje. Esse conselho não está aqui para indeferir alguma coisa. Se vier tudo redondinho,*
115 *se estiver com o desempenho satisfatório, normalmente vai ser aprovado. Muito que*
116 *nós temos vistos aqui após receber a licença, nem fica até ao final da sessão e daqui a 4*
117 *anos volta para nós não renovarmos a licença devido ao mau desempenho ambiental.*
118 *Desenvolvimento econômico que esse estado precisa é um desenvolvimento sustentável*
119 *e que seja pautado pelo desempenho aceitável, no mínimo. É nesse sentido que eu*
120 *queria que vocês pensassem em qual nível que está a Gestão Ambiental. Não a questão*
121 *ambiental, mas a Gestão Empresarial, tanto no plano prático, operacional ou no*
122 *estratégico das suas empresas? Era isso que eu gostaria de pontuar e, principalmente,*
123 *que esse conselho pauta muito pela questão do filtro da SUPRAM. A SUPRAM que é o*
124 *braço técnico do sistema vai nos apoiar. Nós vamos nos embasar muito na expectativa*
125 *da SUPRAM. A tendência é que nós acompanhemos o parecer da SUPRAM desde que a*
126 *SUPRAM esteja reforçada, esteja apta, esteja habilitada com profissionais habilitados*
127 *para aquilo que ela está analisando.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains*
128 *– Comentou sobre o Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental. “Parabenizar o município*
129 *de Pains, aos órgãos ambientais, a SUPRAM, ao Ministério Público que fizeram um*
130 *excelente trabalho naquela região. Pains foi premiada. Foi o município selecionado*
131 *para estar recebendo esse prêmio devido a esse trabalho que foi feito com carinho, com*
132 *amor, dedicação e responsabilidade.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante*
133 *Ministério Público – Cumprimentou o novo conselheiro. “Tenho certeza que vai*



134 contribuir aqui para essa URC. Já sendo rápido eu vou só dar a satisfação de três
135 demandas que foram trazidas pelo Ministério Público aqui nesse conselho do trabalho
136 que foi feito. Em relação ao licenciamento corretivo das rodovias já instaladas. Como
137 já tinha comunicado para os senhores que nós instauramos procedimento investigatório
138 e no final do mês de abril, acho que por volta do dia 30 foi enviada uma recomendação
139 ao senhor Secretário Estadual de Meio Ambiente, do Ministério Público, subscrita por
140 todos os coordenadores regionais recomendando ao estado que faça a convocação ao
141 licenciamento do DER e das concessionárias de todas as rodovias já instaladas e que
142 exija os estudos pertinentes para subsidiar esse licenciamento. Com isso eu acredito
143 que o estado em breve deve estar convocando e as SUPRAM's terão que estar
144 preparadas para receber mais as demandas e trazer aqui para poder dar essa
145 segurança para o conselho vem pedindo, já era uma demanda reiterada. Em relação
146 aquela RTE Japão Grande de Carmópolis de Minas também foi trazida aqui a
147 demanda. Nós fechamos no dia 4 de maio de 2012 um Termo de Ajustamento de
148 Conduta com o município de Carmópolis e com todo apoio. Queria também agradecer
149 o apoio técnico da SUPRAM na elaboração desse TAC, no qual foi pedido para o
150 município e ficou ajustado que o município vai apresentar todos aqueles estudos de
151 alternativa locacional, qualidade de lançamento de efluentes para sanar qualquer
152 dúvida que foi trazida aqui para nós, garantindo a qualidade ambiental dessa RTE.
153 Essa demanda também já foi atendida. Em relação a outra demanda que era do
154 Hospital Municipal de Divinópolis. O impacto que estava sendo causado pelas obras.
155 Nós fizemos uma perícia e ontem mesmo foi proposta ao município e a construtora um
156 Termo de Ajustamento de Conduta. O município pediu um prazo para terminar de fazer
157 a avaliação técnica, como vai ser feito esse cumprimento e nós acreditamos que na
158 próxima quarta-feira deve estar sendo celebrado esse termo também para dar solução
159 ao problema. Isso aqui é dever nosso de informar para vocês o que está sendo feito e
160 falar para toda a sociedade que qualquer demanda que vocês tenham na área
161 ambiental relevante que tragam ao Ministério Público, que tragam a SUPRAM que nós
162 vamos fazer o que for possível para atender. Obrigado.” – Camilo de Lélis André Melo
163 – Representante FEDERAMINAS – Cumprimentou o novo conselheiro e comentou
164 sobre a apresentação do representante do Ministério Público. “Eu só lamento que essa
165 recomendação do Ministério Público não tenha força de lei, porque se tivesse com
166 certeza o problema estaria solucionado, morrido na nascedoura. Agora, como o
167 conselheiro disse o desempenho das empresas, o que eu não estou achando muito legal
168 é o seguinte: Faz o licenciamento, tem as condicionantes, só vem tomar o conhecimento
169 que essas condicionantes não foram cumpridas quando for fazer outro licenciamento.
170 Quem é o responsável por essa poluição? Nós conselheiros que votamos? Eu acho que
171 nós também temos uma certa responsabilidade. Cadê a fiscalização? Faz o
172 licenciamento, só daí 4, 5, 6 anos é que vem saber que as condicionantes não foram
173 cumpridas? Será que nós vamos ter que pedir para colocar uma condicionante que o
174 órgão licenciador fiscalize as condicionantes que ele mesmo deu? Não está certo isso
175 não. Isso não está certo. O que eu acho é o seguinte. Fez o licenciamento, que olha que
176 não são muitos os licenciamentos que nós estamos fazendo não. Pega as últimas pautas
177 para ver. Se não puder fiscalizar essas condicionantes que foram impostas... eu não sei.
178 Acho que isso não está certo. Só esse ponto que eu gostaria de observar.” – Mauro da
179 Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Agradeceu ao conselheiro
180 Camilo e esclareceu: “Eu concordo plenamente com o senhor no sentido de que o
181 estado deveria estar fazendo melhor a fiscalização. Isso não exime a responsabilidade



182 do empreendedor. O senhor mesmo colocou isso. Nós não precisamos insistir no fato de
183 que ele tem que cumprir uma condicionante. Quando ele recebeu uma licença de
184 operação com condicionantes, ele já está plenamente ciente, todos os senhores, todos
185 os empreendedores estão plenamente cientes de que aquilo lá é obrigatório ele cumprir
186 aquilo para a licença dele estar válida. Agora, eu comungo do seu entendimento no
187 sentido de que é lamentável, é triste até para a sociedade, mais do que para o
188 empreendedor o fato de nós só fiscalizarmos após 4, 5, 6 anos. É uma poluição que
189 poderia ter sido evitada. Nós estamos falando de 6 anos de poluição com danos graves
190 ao Meio Ambiente e a sociedade que poderiam ter sido evitados com um ano, com 6
191 meses, com 2 anos etc. evitado, diminuir o tanto do problema. Eu vejo uma perspectiva
192 de melhoria. Eu vejo que o estado está fazendo empenho. Esse mês nós tivemos aqui na
193 região do Alto São Francisco, eu também queria deixar de público o meu
194 agradecimento a SEMAD, tivemos duas ações integradas para fiscalizações de
195 empreendimentos pelo esforço conjunto da DOC por uma semana aqui na região
196 fazendo vistorias de empreendimentos aqui, apesar de licenciados ou com AAF haviam
197 indícios de que estavam causando graves danos ambientais. Tivemos há pouco tempo
198 atrás a operação Cavalos de Aço 2 para fiscalização dos empreendimentos de
199 siderurgia, também licenciados e também reiteradamente violando aquilo que estava
200 disposto no certificado de licença. Eu vejo isso aqui como uma evolução. Concordo
201 com o senhor. Eu acho válido. Eu acho que esse conselho tem que cobrar. O Ministério
202 Público tem que cobrar. Todas as instituições envolvidas tem que cobrar para que essa
203 fiscalização seja mais efetiva. Agora um erro não justifica o outro. Infelizmente, o
204 empreendimento que não cumpriu suas condicionantes e o prazo faz parte da
205 condicionante não faz jus a uma revalidação. Tudo na vida tem as suas consequências.”
206 – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de
207 Três Marias – Parabenizou aos técnicos da SUPRAM. “Querida aproveitar a
208 oportunidade para parabenizar os técnicos da SUPRAM que devido as longas
209 discussões a respeito de revalidação que nós temos levado aqui, realmente, agora estão
210 colocando nos processos medidas que realmente cobrarão do empreendedor o
211 cumprimento de condicionantes e execução de monitoramentos. Nós vimos nesses
212 relatórios todos que estão na pauta de hoje que está sendo claríssimo o que os
213 empreendimentos que não cumprirem serão autuados. Isso é fundamental, porque do
214 jeito que estava sendo tratado o assunto era prêmio ser indeferido aqui nesse conselho.
215 A outra coisa muito importante é a recomendação de que naqueles 10 dias que são
216 concedidos para os indeferidos de entrar com um novo formulário a empresa não
217 poderá operar. Eu acho que isso sim são medidas realmente efetivas para evitar que
218 condicionantes e monitoramentos sejam deixados de lado. Os técnicos da SUPRAM
219 estão de parabéns, porque realmente isso estava nos incomodando da forma com que o
220 assunto era tratado.” – Adauto – Representante SEDE – Solicitou informações ao
221 representante do CREA. “Qual é o posicionamento do CREA em relação aos
222 profissionais ou responsáveis técnicos dessas empresas da qual tiveram as
223 condicionantes descumpridas? Tem o representante do CREA aqui, não tem? O que
224 nós estamos discutindo aqui é justamente essa questão de descumprimento de
225 condicionante que é praticamente descumprir requisito legal. Geralmente uma
226 condicionante está justamente tentando isso. A Gestão Ambiental vai justamente evitar
227 principalmente que você descumpra uma legislação e conseqüentemente você garanta a
228 promoção da qualidade ambiental. São exigidos vários responsáveis técnicos. A
229 Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA. Diante de um descumprimento



230 *de condicionante, diante de uma não renovação de uma licença de operação de uma*
231 *empresa, qual é o posicionamento do CREA em relação aos profissionais que tenham*
232 *essa Anotação de Responsabilidade Técnica assinada?” – Marcos Veloso –*
233 *Representante CREA – Respondeu: “Com respeito a essa questão ambiental a ação do*
234 *CREA de um modo geral nas indústrias, dos empreendimentos está mais relacionado*
235 *com as edificações. Em algumas caem na área ambiental como agora a Engenharia*
236 *Ambiental. Há tempos atrás o CREA criou uma inscrição que eu passei aqui para todos*
237 *os nossos colegas aqui sobre as atribuições dos engenheiros em relação a essas ações*
238 *dos empreendimentos. Na área agrícola, na área de edificações, na área ambiental.*
239 *Ultimamente nós observamos que já tem se cumprido mais a exigência da ART,*
240 *inclusive os próprios colegas aqui têm exigido bastante que o profissional, que a*
241 *empresa, que o empreendimento tenha um profissional e que tenha a ART do*
242 *empreendimento. Quanto a fiscalização disso, o CREA não tem nenhuma ação*
243 *programada do CREA. Não existe nenhuma ação. Pelo menos eu não conheço que*
244 *possa fazer, acompanhar a fiscalização. Sobre essa questão dos problemas do não*
245 *cumprimento das atribuições, das preposições, das exigências, o que eu tenho a dizer é*
246 *o seguinte. Eu achava que deveria ser criado um mecanismo, gostaria que fosse criado*
247 *um mecanismo entre os técnicos da SUPRAM e principalmente o Ministério Público no*
248 *sentido de que essas, o não cumprimento dessas condicionantes fossem acionadas*
249 *rapidamente, por exemplo, com mais rapidez ou com mais antecedência aos*
250 *profissionais responsáveis. Muitas das vezes boa parte deles ficam ausentes. Muitas das*
251 *vezes porque não recebem, as empresas não os contratam, não pagam para eles o que*
252 *eles deveriam receber para ter um acompanhamento contínuo e constante. Essa ação*
253 *aqui poderia levar tanto o empreendedor quanto o profissional levar isso mais a sério.*
254 *Quanto mais rápida essa ação pudesse funcionar, nós teríamos que os empreendedores*
255 *tivessem ações que pudessem reduzir o prejuízo ambiental num tempo mais curto e não*
256 *esperar que isso acontecesse só no próximo licenciamento. Como o Roberto, o*
257 *conselheiro Roberto tem dito que esse nosso sistema é um prêmio para aqueles que não*
258 *cumprem as condicionantes. Quando chega ao final, no próximo licenciamento são*
259 *indeferidas e daí a 10 dias entra com outro processo. Isso eu também concordo que*
260 *seja. Essa ação poderia ser feita entre os fiscais, os técnicos da SUPRAM, o Ministério*
261 *Público para acionar o CREA. Acionando o CREA, o CREA poderá acionar o*
262 *profissional e exigir e as próprias empresas no sentido de que levem a sério a*
263 *responsabilidade ou a obrigação da contratação da responsabilidade pelos*
264 *empreendimentos. Obrigado.” – Anaximandro – Representante PUC Minas –*
265 *Cumprimentou os novos conselheiros. “De pronto também quero parabenizar, na*
266 *pessoa do Dr. Mauro, aqui uma ação muito, uma ação civil pública intentada no*
267 *município de Arcos afim de barrar uma construção num parque municipal de esportes*
268 *na cidade, desrespeitando APP entre outras questões da legislação ambiental. Nós*
269 *percebemos muito aqui na atuação desse conselho que geralmente o que está em área*
270 *urbana ou grandes empreendimentos são muito bem fiscalizados até pelo próprio*
271 *exercício da competência dos órgãos estaduais. Muitas vezes as questões no âmbito do*
272 *poder público municipal são deixadas de lado, nós muitas vezes percebemos*
273 *efetivamente que as prefeituras como grandes degradadoras do Meio Ambiente. Na*
274 *área urbana, prova disso, eu acho que faz coro com essa minha fala a questão do*
275 *Hospital Municipal de Divinópolis que o Dr. Mauro muito bem informou aqui sobre as*
276 *atuações que estão sendo feitas. No que tange a fiscalização eu acho que é um assunto*
277 *recorrente aqui no âmbito desse conselho eu acho que a pauta de pensamento do*



278 estado, acho que para os próximos anos, Minas Gerais é pioneira no processo de
279 licenciamento ambiental integrada. Eu acho que nós fazemos parte muito bem disso e
280 nós vemos alguns avanços na questão da fiscalização. Não adianta você pensar antes e
281 depois não fiscalizar. Não dá nem para enumerar quantas vezes isso já foi falado essa
282 questão da fiscalização aqui. Nós podemos levantar algumas questões ou alguns
283 pontos. Eu acho que esse próprio conselho já contribuiu no âmbito da nossa atuação
284 como, por exemplo, a própria que o Marcos citou, a padronização da condicionante de
285 ART de execução que não existia. Eu acho que é mais uma ferramenta para o
286 Ministério Público responsabilizar os profissionais quando isso acontecer. Estamos
287 pensando e eu acho que isso é mais uma atuação, mais um voto de valor para o
288 trabalho dos técnicos da SUPRAM que estão começando a criar mecanismos que
289 possam fazer com que essa fiscalização seja bem feita, a proibição do funcionamento
290 da empresa enquanto não apresentar um novo formulário é mais um fato nesse sentido.
291 Nós temos um representante da SEDE e de outros órgãos governamentais, o estado tem
292 que começar a pensar nisso, porque daqui alguns anos, pegando também gancho na
293 fala do Camilo, nós vamos parar de fazer licenciamento prévio e licenciamento de
294 instalação. A função do conselho vai ser só revalidação. O grosso dos
295 empreendimentos já vai estar regularizado. A licença prévia, a licença de instalação. É
296 óbvio, nós esperamos que o país continue crescendo e isso aconteça, mas vai ser
297 efetivamente uma parcela bem, com um significado muito pequeno dentro do nosso
298 trabalho. Eu acho que é uma, chamar os órgãos estaduais, os técnicos aqui da
299 SUPRAM, o presidente pode levar isso nas reuniões de pauta que eles tem, as reuniões
300 temáticas, para o estado pensar como efetivar essa fiscalização em prol do bom
301 empreendedor, do empreendedor sério, responsável que cumpre com as suas
302 obrigações e quer crescer obviamente respeitando o Meio Ambiente. Queria dar uma
303 contribuição nesse sentido que nós já estamos avançando de alguma maneira, mas
304 acho que nós temos um campo para avançar ainda mais. Obrigado.” – Mauro da
305 Fonseca Ellovitch – Representante do Ministério Público – “Eu já me coloco a
306 disposição, conselheiro Marcos, para nós tentarmos trabalhar com o CREA, montar um
307 grupo de trabalho e tentar trabalhar mecanismos para que nós possamos alinhar mais
308 essa fiscalização do órgão de classe com o Ministério Público. Eu não podia deixar
309 também de informar que também era outra demanda reiterada aqui, o workshop que foi
310 feito pela SEMAD com parceria do Ministério Público, FIEMG e o Sindicato de
311 Igaratinga para explicar aos empreendedores daquela região qual é a natureza do
312 licenciamento, o que é uma condicionante, qual a importância do cumprimento da
313 condicionante, qual as suas consequências jurídicas e quais os caminhos que eles
314 podem seguir a partir do indeferimento. Eu achei que foi muito produtivo. Nós tivemos
315 praticamente representantes de todos os empreendimentos ceramistas que estão
316 sindicalizados lá, estão associados, perdão. Nós pudemos esclarecer. Eu acho que
317 tiramos muitas dúvidas. Eu acho que esse trabalho preventivo, eu espero que nós
318 possamos ter evitado muitas questões como essa de indeferimento de revalidação, de
319 falta de cumprimento de condicionante. É um trabalho para o futuro, é um trabalho
320 preventivo. Eu fiquei muito satisfeito com o resultado. A SUPRAM, a FIEMG também
321 ficaram. Eu acho que a ideia nossa é continuar esse trabalho e fazer com outros setores
322 problemáticos aqui na região. A questão da fundição em Cláudio. Algumas siderurgias
323 aqui em Divinópolis. Eu achei que foi muito produtivo. Eu queria agradecer o apoio
324 das outras instituições. Eu espero que tenha contribuído para melhoria da qualidade do
325 Meio Ambiente de Igaratinga.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de



326 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – “*Eu gostaria de ter ido a essa reunião.*
327 *Não perderia por nada, mas infelizmente lastimo o recebimento do convite foi no dia,*
328 *no meio do dia quer dizer, reuniões tem que ser convocadas pelo menos com dois dias*
329 *de antecedência para nós. Mesmo que eu tivesse saído para ir a reunião provavelmente*
330 *eu teria perdido a reunião. O e-mail que eu recebi foi as 10:30 da manhã deste dia. Foi*
331 *lastimável que isso tenha acontecido. Eu gostaria, imensamente de estar lá.” – Marcos
332 Veloso – Representante CREA – Salientou: “*Eu acredito que o CREA terá muito*
333 *interesse em participar dessas fiscalizações, de ajudar. O CREA hoje tem um corpo*
334 *técnico, um corpo de fiscalização em torno de mais de 90 profissionais no Estado de*
335 *Minas Gerais. Esses profissionais fazem a fiscalização, a maior parte da fiscalização*
336 *está restrita as edificações porque ocorre em grande número. Hoje nós temos um boom*
337 *de edificações que tem dado muito trabalho, mas eu acredito que o CREA com certeza,*
338 *caso haja uma comunicação, uma solicitação poderá dispor de um fiscal desse para*
339 *ajudar na fiscalização para ajudar a resolver o problema do Meio Ambiente porque o*
340 *CREA tem muito interesse nas soluções desses problemas ambientais.” – Camilo de
341 Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Complementou: “*Esse trabalho*
342 *que vocês fizeram em Igaratinga foi feito no início do licenciamento. Isso que vocês*
343 *fizeram eu participei no início quando chamou todas as empresas e elas foram*
344 *licenciadas. Agora, com esse punhado de indeferimento o que faltou? Infelizmente*
345 *fiscalização. Eu tenho certeza que essas que estão sendo punidas agora, como o Dr.*
346 *Roberto falou, não vão mais cometer o mesmo erro. Agora, lá em Igaratinga eu acho a*
347 *situação mais grave porque o que estraga o Meio Ambiente, o que polui, o que degrada*
348 *é a extração do barro. Não é lá não. É aqui em Divinópolis, é em Carmo do Cajuru, é*
349 *em Formiga. É na região. Isso é que eu acho que fico. Agora, outro assunto. Quando*
350 *fala a respeito dos engenheiros eu já sugeria há vários anos atrás que tivesse um*
351 *quadro com os profissionais responsáveis. Nós estamos cansados de ver firma ser*
352 *fechada, firma ser punida, porque o responsável técnico não fez o que ele deveria ter*
353 *feito. Essas empresas até então, a maioria dessas firmas que estão sendo indeferidas,*
354 *foi o técnico que fez o licenciamento é que não fez direito. Infelizmente não pode ter*
355 *essa discriminação. Fica o empresário sem saber a quem recorrer, sem ter acesso a*
356 *bons profissionais. Eu acho que nesse aspecto é que o CREA podia fazer uma ficha*
357 *limpa dos bons profissionais. Isso seria uma solução que já ajudaria e muito o Meio*
358 *Ambiente.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco*
359 *– Esclareceu: “Tentando responder aos questionamentos feitos pelos senhores e fazendo*
360 *já mea culpa sabendo que a fiscalização nossa ainda não está inteiramente estruturada.*
361 *Nós temos focado a fiscalização para que esses empreendimentos que recebem o maior*
362 *número de denúncias e que são as mais impactantes. O ideal é que nós fizéssemos a*
363 *fiscalização com a proximidade mais reduzida em todos os empreendimentos. Nós não*
364 *vamos, nesse momento não temos condições de fazê-lo. Estamos estruturando para isso.*
365 *Tanto via sistema de informática como com a contratação de pessoas. O que nós não*
366 *queremos, por ineficiência nossa, que o empreendedor seja prejudicado e o Meio*
367 *Ambiente conseqüentemente. Com respeito a ART. Uma experiência que nós tivemos no*
368 *sul que tem sido bastante interessante. Nós temos encaminhado para o Ministério*
369 *Público, o empreendedor via termo de responsabilidade que ele assinou se*
370 *comprometendo a implementar aquelas medidas e ART. A promotoria tem acionado a*
371 *ART para fins criminais e tem, inclusive, solicitado penas alternativas. A consequência*
372 *disso, depois dos primeiros casos que ocorreram houve um grande número de baixas de*
373 *ART nos processos de AAF. Aqueles técnicos que não estavam acompanhando o***



374 empreendimento corretamente baixaram sua ART dando espaço para aqueles que estão
375 no mercado de uma forma mais consciente pudesse ocupar esses empreendimentos. É o
376 que nós temos visto lá que tem surtido melhor efeito.” – Anaximandro – Representante
377 PUC Minas – Acrescentou: “A nossa ideia e falo isso como precursores da colocação
378 dessa condicionante da ART de execução era exatamente isso. Se pudesse, a partir de
379 medidas efetivas tomadas contra esses profissionais, me perdoe o representante do
380 CREA pelo termo que emprestam o nome e o número do CREA para o empreendimento,
381 na verdade não recebem, se prestam a esse trabalho de não receber e não atuar é que a
382 partir do momento que começassem a haver fiscalizações especialmente ações
383 criminais responsabilizando esses responsáveis técnicos pelo que não foi feito
384 tecnicamente e que essa notícia efetivamente se espalhasse e falo isso com a
385 experiência como advogado. Nós sabemos a responsabilidade a qual o advogado está
386 sujeito na sua atuação. Essa notícia se espalhando nós começaríamos a ter uma série
387 de baixa de ART. Como é uma condicionante, qual é a ideia? Que isso virasse um ciclo
388 contínuo. Alterou a ART aqui na SUPRAM, a SUPRAM pode ir lá fiscalizar porque tem
389 alguma coisa errada. A ideia era exatamente essa para tornar isso um ciclo contínuo
390 tendo a atuação conjunta do CREA e a responsabilidade dos engenheiros.” – Mauro da
391 Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Alertou: “Constar em ata é
392 interessante. Fazer declaração em licenciamento, em AAF não é brincadeira. Na AAF é
393 obrigatório assinar que todo empreendimento está ambientalmente, está cumprindo
394 toda a legislação, ditames normativos ambientais. Muitos, que nem o professor
395 Anaximandro colocou, simplesmente assinam sem fazer qualquer verificação in loco.
396 Isso é crime. Artigo 69 “a” da Lei de Crimes Ambientais e a perda de 3 a 6 anos de
397 reclusão. Nós não estamos falando de brincadeira aqui. É uma pena razoavelmente
398 pesada dentro de um sistema de Lei de Crimes Ambientais. É muito sério. Realmente,
399 eu acho que nós, como um todo, estado, isso inclui Ministério Público, não estamos
400 sendo eficientes nessa fiscalização, precisamos realmente buscar mecanismos para
401 melhorar essa filtragem dos maus profissionais.” - Marcos Veloso – Representante
402 CREA – Acrescentou: “A Anotação de Responsabilidade Técnica é um documento que
403 dá ao profissional a responsabilidade pelo exercício daquela atividade. Muitas das
404 vezes os proprietários nem compreendem isso, tem ART não sabem nem para que serve.
405 Serve para acionar o profissional caso um projeto ou execução de serviço esteja errada
406 ou tudo. O profissional para ele fazer um acompanhamento, por exemplo, de uma
407 atividade que até em questão ambiental ele precisaria ser contratado para tal. Às vezes
408 é contratado para o projeto e não é contratado para o acompanhamento. O CREA tem
409 esse tipo de atividade. A execução e acompanhamento. Ou um ou outro ou os dois.
410 Caso o profissional não execute adequadamente essa ação que é do acompanhamento
411 por exemplo, para não deixar que ocorram essas falhas, ele pode ser acionado pelo
412 proprietário e pelos órgãos fiscalizadores. Pelo Ministério Público, o próprio COPAM.
413 Agora, o CREA só vai ao profissional, ele só busca o profissional para interpelar o
414 profissional quando ele é acionado. O CREA não existe. Existe um engano. Quase todo
415 mundo acha que o CREA existe para atender aos profissionais. Muito pelo contrário. O
416 CREA existe para fiscalizar os profissionais e proteger os contratantes. É preciso que
417 isso seja bem entendido e caso seja levado ao CREA qualquer infração, qualquer falha
418 com certeza o CREA vai fiscalizar e vai ajudar. O comprometimento do CREA com o
419 Meio ambiente é muito grande.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –
420 Complementou também: “Acrescentando dois pontos que eu acho que podem
421 contribuir. Primeiro, a questão da educação da informação. Eu preciso formar e



422 *informar as pessoas. Quando numa das reuniões atrás, foi até sugestão do Dirceu que*
423 *fosse criada uma Câmara de Educação Ambiental dentro do COPAM. Na verdade já*
424 *existe uma Diretoria de Educação Ambiental na SEMAD, mas nós vemos, com raras*
425 *atuações como aconteceu a CIEIA e parece que autuou em Igaratinga. É um papel da*
426 *CIEIA que é um Conselho de Educação Ambiental Interinstitucional, nós precisávamos*
427 *informar e formar ao empreendedor o que é um licenciamento ambiental, o que são*
428 *condicionantes e as possíveis consequências. Eu não sou educador ambiental, mas, por*
429 *exemplo, ao chegar ao balcão aqui, ao receber a licença deveria ter uma pequena*
430 *cartilha, por exemplo, dizendo o que o senhor está recebendo? Qual o papel de um*
431 *consultor técnico que acompanha a execução do empreendimento. Esclarecimento. Isso*
432 *até serve para nós argumentarmos depois. Ah, eu não sabia disso. Sabia, o senhor*
433 *recebeu uma informação lá na boca do caixa quando o senhor recebeu a licença. Isso é*
434 *o primeiro ponto. Eu acho que existe uma falha muito grande no estado na questão de*
435 *formar e informar. Educação ambiental, legislação, o que é licenciamento, o que é isso.*
436 *Não se faz nada, não se fala nada. O Estado é completamente omissivo. Quem costuma*
437 *fazer um pouco disso, Lessandro, são as ONG's que tentam de uma maneira suprir isso.*
438 *O estado até tenta transferir essa responsabilidade para uma ONG. Outro ponto que eu*
439 *gostaria de comentar. Eu desconheço o processo, a estrutura organizacional do*
440 *sistema de licenciamento. Veja bem. Nós poderíamos encurtar a fiscalização se*
441 *houvesse um sistema eficaz que quando se lançasse um licenciamento ficariam abertas*
442 *as janelinhas de em tal data esse empreendedor tem que apresentar o documento*
443 *protocolado lá. Isso não quer dizer que ele cumpriu, mas pelo menos nós vamos saber*
444 *se foi protocolizado. Caso não tenha sido, isso fica aberto no sistema. Quando o técnico*
445 *abrir no dia seguinte tem aqui os empreendimentos, esse daqui acendeu a luz vermelha.*
446 *Ele não entregou. Ou então se ele entregou, alguém também tem que ver se estão*
447 *dentro dos padrões ou não estão. Pegando um exemplo simples. Na Universidade de*
448 *Viçosa onde eu trabalho meu currículo online está lá, com tudo o que eu faço. O*
449 *Diretor abre lá e sabe. Quais os projetos que eu tenho? Quais os trabalhos publicados?*
450 *Isso está lá atualizado do dia anterior e hoje está lá. Veja bem. Eu não sei como que é o*
451 *sistema do estado. Se ele funciona assim ou não, mas de repente precisa evoluir para*
452 *uma situação dessas que auxilia o técnico, que auxilia o sistema de fiscalização. Vai*
453 *mostrar, esse empreendimento aqui não entregou. Apresenta. No dia seguinte, roda o*
454 *sistema outra vez. Apareceu mais um, apareceu mais um eles vão ficando acendendo lá.*
455 *Há um jeito de repente. O senhor não apresentou. Quer dizer que o estado... oh, o*
456 *senhor recebeu um comunicado aqui que está faltando o senhor apresentar. É lógico*
457 *que precisa de gente, precisa de pessoal, precisa de estrutura e de sistema para poder*
458 *funcionar uma coisa dessas. Uma outra coisa que costuma ser importante é integração*
459 *de instituições. Muita das vezes nós conseguimos evitar uma fiscalização, uma coisa*
460 *dessa natureza. Quando você cria outros mecanismos, não sei aqui agora, que de*
461 *repente podem indiretamente sinalizar para você que aquilo não está acontecendo. Por*
462 *exemplo, uma atuação integrada com o CODEMA em que o empreendimento está*
463 *inserido lá, às vezes, o CODEMA pode ser um parceiro para sinalizar para você que*
464 *aquele empreendimento está deixando de cumprir alguma coisa.” – Isabela – SUPRAM*
465 *ASF – Esclareceu alguns pontos da ata. “Esclarecer ao conselheiro Roberto que ele*
466 *perguntou na reunião passada sobre as falas dele na ata da 85ª reunião. Parece que*
467 *pelo entendimento do conselheiro as falas dele estavam faltando. Só que o que ocorre é*
468 *que a ata que foi disponibilizada no site, que é sempre disponibilizada no site é uma*
469 *síntese da ata da reunião do COPAM. Caso os conselheiros tenham vontade de ver a*



470 *ata na íntegra ela está na SUPRAM para conhecimento de todos. O pedido da empresa*
471 *que faz a transcrição das atas é que os conselheiros sempre se identifiquem antes da*
472 *fala e evitem falar um junto com o outro, porque está ficando muito difícil na hora de*
473 *fazer a transcrição e às vezes até está faltando alguma coisa na ata por causa disso.*
474 *Também mencionar a questão da alteração da representação da SEDE. O próprio*
475 *conselheiro já falou. Senhor Aduino Egídio Leite Netto que agora está assumindo o*
476 *lugar do primeiro Suplente. Tomou posse aqui hoje. Também o representante da*
477 *SEDRU. Será o segundo Suplente, Rosângela Pereira Gontijo também vai tomar posse*
478 *aqui hoje. A pedido também do conselheiro do IBAMA, Marcelo Ferreira Guimarães*
479 *justificar a ausência dele que ele solicitou que consta na ata em função de viagem e*
480 *ação fiscalizatória já previamente agendada. Também explicar que o novo*
481 *procedimento que nós vamos adotar para a emissão do certificado. A partir da próxima*
482 *reunião os certificados não serão mais entregues aqui no dia da reunião do COPAM,*
483 *serão entregues ou no dia seguinte na SUPRAM ou enviados pelo Correio dependendo*
484 *do que for da vontade do empreendedor. É preciso que o empreendedor entre em*
485 *contato com a SUPRAM e diga se ele vai pegar o certificado na sexta-feira após a*
486 *reunião ou se prefere que envie pelo Correio. Obrigada.” – Edécio Ferreira –*
487 *Representante FAEMG – Cumprimentou e desejou bom trabalho aos novos conselheiro.*
488 *“Querida, aquela primeira intervenção do Dr. Camilo pedir licença para fazer das*
489 *palavras dele as minhas palavras também, especialmente naquilo que tange a atuação*
490 *da nossa SUPRAM, da eficiência da atuação da nossa SUPRAM dentro das suas*
491 *limitações de pessoal e outras limitações inerentes que nós conhecemos. O objetivo*
492 *aqui dessa intervenção desse momento é convidar a todos os conselheiros, técnicos,*
493 *funcionários, empreendedores presentes para participarem a partir do próximo dia 31,*
494 *da Superagro 2012 que será realizada no Parque das Gameleiras em Belo Horizonte. É*
495 *uma feira que dá uma visão geral do que é o agronegócio mineiro segmentado. Tem a*
496 *feira da cachaça junto da agricultura familiar. É uma feira muito interessante que dá*
497 *para nós formarmos uma opinião sobre o que representa para o Estado de Minas*
498 *Gerais, tenho certeza que todos os senhores sabem disso, mas o que representa para o*
499 *Estado de Minas Gerais no setor agropecuário independente do porte. Pequeno, médio*
500 *ou grande. O importante é a produção.” - **Item 4. Exame das Atas da 85ª RO de***
501 ***15/03/2012 - BAIXADA EM DILIGÊNCIA em 19/04/2012 e 86ª RO de 19/04/2012.***
502 *– Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno de Represa de*
503 *Três Marias – Respondeu a Dra. Isabela. “Estou satisfeito com a forma que as minhas*
504 *manifestações que eu julgo necessárias ao entendimento da nossa posição nos debates*
505 *aqui ocorridos que voltaram. A censura foi suspensa e eu fico satisfeito com isso. Eu*
506 *tenho algumas observações sobre a ata 85. O documento técnico devia, deve ser*
507 *bastante específico e não gerar dúvidas. Na linha 1044. Holcim não se escreve do jeito*
508 *que está aí. Holcim. Na linha 1306 a exclusão não é da condicionante 2, é da*
509 *condicionante 12. Na linha 1890. Eu não sei de quem é a fala, mas onde está escrito*
510 *indeferimento no meu entender é deferimento. Difícilmente pode ser indeferimento. Nas*
511 *linhas 1993 e 94 onde-se lê processo aprovado conforme parecer, eu entendo que o*
512 *processo não foi aprovado não. Devia estar escrito parecer aprovado conforme*
513 *proposta da SUPRAM. Na linha 2000 acontece a mesma coisa. Está escrito processo*
514 *aprovado. Esse processo não foi aprovado. Deve ser. Parecer aprovado conforme*
515 *proposta da SUPRAM. Obrigada.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da*
516 *URC Alto São Francisco – Agradeceu e informou que foram anotadas as considerações*
517 *feitas pelo conselheiro. Em seguida colocou em votação as atas da 85ª e 86ª reuniões e*



518 as ATAS foram APROVADAS. Informou que iria fazer a leitura de todos os processos
519 com exceção daqueles que eram retornos de vistas ou baixa em diligência, e os
520 conselheiros poderiam pedir destaque. - **Item 7. Processos Administrativos para**
521 **exame da Licença Prévia: 7.1. L'Imerys Indústria e Comércio de Cal Ltda. -**
522 **Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta - Doresópolis/MG - PA/Nº**
523 **28185/2011/001/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque**
524 **Ministério Público e SUPRAM. 7.2. Indústria de Cal Cruzeiro Ltda. (Filial) -**
525 **Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta - Córrego Fundo/MG - PA/Nº**
526 **08942/2011/001/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF. – Nenhum destaque**
527 **anotado. Item 8. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação:**
528 **8.1. Furnas Centrais Elétricas S.A./ Linha de Transmissão em 500 KV Bom**
529 **Despacho 3 - Ouro Preto 2 e demais instalações - Linhas de Transmissão de**
530 **Energia Elétrica - Bom Despacho/MG - PA/Nº 24847/2008/002/2011 - Classe 5 -**
531 **Apresentação: Supram ASF. – Vistas solicitadas pelos conselheiros do Ministério**
532 **Público, FIEMG e FAEMG. Item 9. Processo Administrativo para exame da**
533 **Licença de Operação: 9.1. Gerdau Aços Longos S.A (Ex. Gerdau Açominas S.A) -**
534 **Reciclagem ou Regeneração de Outros Resíduos Classe 2 (não perigosos) não**
535 **especificados - Divinópolis/MG - PA/Nº 00013/1978/038/2012 - Classe 5 -**
536 **Apresentação: Supram ASF. – Destaque Ministério Público. Item 10. Processos**
537 **Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 10.1.**
538 **Cerâmica RG Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos**
539 **não listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de**
540 **barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº**
541 **01293/2003/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê**
542 **de Bacias. 10.2. Hélio de Faria Silva - Outras formas de tratamento ou de**
543 **disposição de resíduos não listados ou não classificados e Fabricação de telhas,**
544 **tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG -**
545 **PA/Nº 01197/2003/004/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque**
546 **Comitê de Bacias. 10.3. Aramig - Aramifícios Minas Gerais Ltda. - Fabricação de**
547 **estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não ferrosos,**
548 **com tratamento químico superficial, exclusive móveis - Cláudio/MG - PA/Nº**
549 **02027/2003/003/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê de**
550 **Bacias e ABES. 10.4. Frigorífico Formigão Ltda. - Abate de animais de médio e**
551 **grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc)**
552 **- Formiga/MG - PA/Nº 00044/2001/006/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram**
553 **ASF. - Destaque ABES e Comitê de Bacias. 10.5. Mineradora Pedra do Chumbo**
554 **Ltda. - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem**
555 **tratamento - Moema/MG - PA/Nº 00245/1994/004/2011 - DNPM nº 835.654/1994 -**
556 **Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê de Bacias. 10.6.**
557 **Cerâmica Daiziane Ltda - EPP - Outras formas de tratamento ou de disposição de**
558 **resíduos não listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros**
559 **artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº**
560 **01288/2003/005/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê de**
561 **Bacias. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –**
562 **Após a leitura colocou em votação o processo que não teve destaque ou solicitação de**
563 **vistas. Item 7.2 da pauta e o PROCESSO foi APROVADO. - Item 5. Processo**
564 **Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 5.1.**
565 **Frigorífico Alto São Francisco Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte**



566 (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) - Bambuí/MG
567 - PA/Nº 01462/2002/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. **RETORNO**
568 **DE VISTAS** pelos Conselheiros Edélcio José Cançado Ferreira representante da
569 **FAEMG**, Marcos Antônio Ferreira Veloso representante do **CREA/MG** e Camilo
570 **de Lelis André Melo** representante da **FEDERAMINAS**. - Edélcio Ferreira –
571 Representante FAEMG – Apresentou a conclusão do parecer: “Embora o
572 empreendimento encontra-se bem instalado e contemplando os dispositivos e
573 procedimentos de controle ambiental e na vistoria realizada não ter sido constatado
574 nenhum dano ambiental no mesmo. Tendo grande importância social, tendo em vista o
575 abate dos animais em condições de higiene estabelecidas pelos organismos
576 responsáveis pela vigilância sanitária, o mesmo não cumpriu de forma satisfatória as
577 condicionantes estabelecidas na LOC número 086/2006, portanto não possível de
578 averiguação de seu desempenho ambiental satisfatório. Diante do exposto, somos pelo
579 indeferimento nos termos do parecer único da SUPRAM que não posso mais uma vez
580 deixar de elogiar a forma clara e concisa do parecer.” – Marcos Veloso –
581 Representante CREA – Esclareceu: “Esse pedido de vistas se deu pelo fato de que o
582 fechamento desse abatedouro lá em Bambuí é um problema muito sério. Deixaria a
583 população de lá em situação difícil, porque é o único abatedouro que tem na cidade e
584 aquela história do ruim com ele, pior sem ele. A intenção era fazer uma visita, verificar
585 o local, ver o empreendedor. A possibilidade de alertar o empreendedor no sentido de
586 que ele compreendesse realmente o problema que ocorreu pelo não cumprimento das
587 condicionantes e alertar no sentido de que ele pudesse melhorar, pedir uma nova
588 licença para que o povo de Bambuí não ficasse, porque os abates vão continuar e a
589 população vai receber a carne lá sem nenhum controle. Sem nenhuma fiscalização.
590 Infelizmente, o empreendedor não compareceu na visita. Ficou uma situação que não
591 tínhamos como fazer nada. Não sei se está de acordo com a decisão dos técnicos da
592 SUPRAM pelo indeferimento da licença.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente
593 Suplente da URC Alto São Francisco – Após as apresentações colocou em votação o
594 processo 5.1 e o **PARECER foi APROVADO** conforme proposta da SUPRAM. - **Item**
595 **6. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 6.1. Serviço**
596 **Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi/ MG - ETE - Tratamento de esgotos**
597 **sanitários e Interceptores, emissários, elevatórios e reversão de esgoto - Piumhi/**
598 **MG - PA/Nº 00432/1997/004/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.**
599 **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** - Francisco de Assis Braga –
600 Representante ABES – Comentou sobre o processo. “Eu me lembro bem quando o
601 processo veio aqui. Eu redigi o que nós falamos na época. Eu vou ler aqui para ficar
602 mais claro. As condicionantes da LO, licença de operação propostas no parecer único
603 de 14/07/2011 refletiu a necessidade de execução de várias adequações ao
604 empreendimento instalado contemplando uma série de questões técnicas a serem
605 regularizadas, corrigidas ou mesmo implantadas para o funcionamento técnico e
606 ambientalmente correto da ETE. Ou seja, nós estamos ainda numa condição de licença
607 de instalação não cumprida adequadamente naquela ocasião. Diante dessa
608 insegurança técnica ambiental e apesar de entender a relevância da operação da ETE
609 igual é o caso do abatedouro, da ETE para o Meio Ambiente foi aprovado pelo
610 COPAM a baixa em diligência do processo por entender a necessidade da
611 apresentação dos estudos, projetos e soluções técnicas complementares antes da
612 concessão da LO para que nós tivéssemos segurança em votar aqui um projeto ou um
613 processo que estava ainda em aberto. Aquele tanto de condicionantes que ainda



614 estavam previstas. As informações apresentadas no adendo que foi proposto agora
615 para nós examinarmos confirma a pertinência da preocupação dos conselheiros e do
616 COPAM à época e com certeza, permitem a votação da LO hoje com maior segurança.
617 Isso não gera dúvida que realmente aconteceu. Vem a questão. Caberá ao
618 empreendedor a responsabilidade de acatar e executar a contento as ações mitigadoras
619 e os projetos de engenharia ora propostos, bem como a SUPRAM fiscalizar a execução
620 dentro dos prazos e critérios técnicos aprovados. Só fazendo um comentário aqui. Eu
621 não sei. Eu não sou geotécnico. Não entendo de obras de engenharia, mas pelo que foi
622 apresentado no parecer agora, talvez essa obra devesse ter sido executada em outro
623 local. Talvez, mas isso é outra questão. É o mesmo caso do que nós fizemos na época, o
624 pedido de instalação do aterro sanitário de Nova Serrana. Na verdade, depois o
625 empreendedor desistiu de construir naquele lugar, porque tecnicamente não era um
626 lugar adequado. Esse daqui talvez, não é possível que a cidade não tenha outro local
627 melhor, mas já faz lá, o gasto vai ser grande, mas pelo menos a sociedade tem que se
628 resguardar de que não teremos problemas de desmoronamento e risco de colocar a
629 contaminação do córrego ali. Eu acho que neste momento se tudo for instalado, tudo
630 for feito conforme previsto aqui nós podemos votar a LO.” – Roberto Soares Nogueira –
631 Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Endossou
632 integralmente a manifestação do conselheiro Francisco. “Eu também tenho dúvidas
633 tremendas a respeito da localização desse empreendimento. Eu acho que a escolha foi
634 de muita infelicidade. Eu tenho uma dúvida aqui que é a seguinte. No módulo 2 que não
635 está sendo motivo de licenciamento no momento voltará a este conselho para que nós
636 aprovemos?” – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu ao conselheiro: “A baixa em
637 diligência foi justamente para poder englobar o módulo 2 na licença. No presente
638 momento, no presente parecer está englobando todo o empreendimento. Módulo 1 e
639 módulo 2 nesse processo.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
640 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – “Lastimavelmente eu entendi que nós
641 estávamos excluindo o módulo 2 por não ter ainda os dados e as informações
642 absolutamente necessárias para a aprovação.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –
643 Representante Ministério Público – Esclareceu ao conselheiro Roberto: “Acho que esse
644 entendimento se deu em razão de ter o parecer antigo e o parecer novo está no adendo.
645 Por que foi essa dúvida. Eu lembro que o professor Francisco levantou na época e a
646 maioria do conselho concordou no sentido de que nós não teríamos segurança para
647 votar uma LI inteira se não tivessem os estudos do outro módulo. Por isso foi baixado
648 em diligência. Foi feito. Que nem o professor Francisco falou. Com essa
649 complementação ela já se sente, eu inclusive já me sinto mais seguro para votar nessa
650 LO, porque foram feitos os estudos do módulo 2 que eram os que estavam faltando.” –
651 Marcos Veloso – Representante CREA – Esclareceu sobre a localização do
652 empreendimento. “O empreendimento desse nível, principalmente em questão de
653 tratamento de esgoto e eu tenho experiência disso, a localização é um fato
654 importantíssimo. Eu não sei como o pessoal do COPAM, os técnicos da SUPRAM
655 poderiam influir nisso no sentido de orientação para as pessoas, principalmente para
656 as Prefeituras que vão fazer esse tipo de empreendimento, porque o que ocorre,
657 normalmente é que as Prefeituras já que vão fazer esses investimentos não procuram
658 uma consultoria para fazer uma avaliação primeira a respeito do investimento para
659 que o projeto seja executado de acordo com essa consultoria. Eu posso citar esse caso
660 que foi o caso de Arcos. Eu era Secretário de Obras de Arcos quando foi feito o projeto
661 de saneamento ambiental das avenidas sanitárias do tratamento esgoto e sanitário de



662 lá. Nós tínhamos uma ideia, estávamos mais ou menos envolvidos, aliás, a prefeitura
663 tinha uma ideia, estava mais ou menos envolvida com o projeto e na ocasião quando eu
664 fui consultado eu pedi que fizesse uma consultoria. Nós buscamos uma consultoria na
665 Universidade Federal de Belo Horizonte, de Minas Gerais da engenharia em Belo
666 Horizonte e o consultor foi lá, fez uma verificação, realmente nos orientou e nós
667 fizemos coisas bastante diferentes daquilo que nós pretendíamos fazer. O projeto
668 transcorreu de forma harmoniosa, sem problema nenhum. Não aconteceu nada de
669 errado, porque houve uma consultoria. Na maioria dos casos essa consultoria não é
670 feita. Já se começa errado. As empresas que fazem os projetos, na maioria das vezes
671 não são consultoras. Não tem um consultor. Ela vai lá, olha, a prefeitura quer isso,
672 aquilo, geralmente o mais barato, os projetos são caros e começam a querer fazer uma
673 coisa mais barata e resultado, ocorre que já aconteceu o pior de tudo que é o
674 investimento dessa monta ser executado em local inapropriado.” – Lessandro –
675 AAASF – Observou: “Essa questão de localização, às vezes, muitas das vezes em
676 questão dessas obras públicas que nós temos visto a questão de áreas são geralmente
677 áreas em contra partida do município, às vezes por serviço autônomo, as vezes o
678 município, se não é serviço autônomo o município tem que dar uma contra partida para
679 o projeto, ele escolhe a área mais barata. Eu gostaria até de citar aqui, que ficasse
680 registrado um fato que aconteceu na nossa região, na região de Iguatama no Alto São
681 Francisco que foi a estação de tratamento de esgoto do município de Iguatama. O
682 município recebeu recursos. Já estava lá executando toda a obra e onde estava sendo
683 construída a estação de tratamento de esgoto de Iguatama é uma área de risco de
684 inundações do Rio São Francisco. Quer dizer, o Rio São Francisco vai encher nos
685 períodos de cheias dele e vai lavar toda a obra. Toda a ETE vai ser lavada para dentro
686 do rio. Como se diz, essa falha nesse funcionamento de escolha de local, às vezes, leva
687 muito nisso. Eu já tive a oportunidade de estar olhando algumas obras do poder
688 público municipal da região que o prefeito, às vezes, escolhe uma área para construir
689 uma ETE, construir um aterro e a contra partida é do município. O município vai
690 escolher uma área barata. Área que para ele é fácil localização para ele comprar ou de
691 algum interesse do município ou do próprio órgão ali que está fazendo essa licitação.
692 Isso é fato. Nós sabemos que caso isso acontecer, Iguatama hoje vai ter que licitar
693 outra obra para fazer lá uma contenção de uma enchente do rio que pode
694 provavelmente inundar a estação de tratamento de esgoto. É o que aconteceu na região
695 nossa.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Acrescentou: “Nós
696 sugerimos que os técnicos da SUPRAM fizesse uma avaliação primeiro das áreas que o
697 município estaria disponibilizando para a entidade do governo realizar as obras. Na
698 sequência da aprovação dos técnicos da SUPRAM a prefeitura fizesse a aquisição
699 dessas áreas para que não tivesse problema encontrar a área ambientalmente complexa
700 ou que não instalar em um local em que a prefeitura não iria conseguir o
701 licenciamento.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –
702 Salientou: “Essa localização do empreendimento é fundamental. Nós já tivemos a
703 oportunidade de ver em mais de um processo que a própria firma que fez o
704 licenciamento foi solicitado em outro local. A própria firma fala que não existe outro
705 local. Ela faz o estudo em um punhado de lugar, mas nenhum adequado só esse
706 escolhido primeiro. Isso que eu acho errado. Se para fazer essa locação, eu não sei
707 como seria o procedimento não, mas teria de ser outra firma. Vou citar um exemplo. A
708 transposição dos trilhos aqui da rede dentro da cidade. Foi pedida outra localização de
709 onde vai passar a via, a própria empresa que fez a primeira que fez o estudo que não



710 *tinha um outro local adequado. Pôs a raposa para tomar conta do galinheiro e pede*
711 *para contar quantos ovos elas vão botar? É isso que eu acho. Isso que tem que ser*
712 *corrigido.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou alguns*
713 *esclarecimentos: “Eu não sei se nesses processos públicos se já tem que apresentar*
714 *certidão no caso da LP, certidão de propriedade. Se tiver que apresentar complica. Se*
715 *não tiver que apresentar, realmente deveria no processo, faz parte até da legislação*
716 *alternativa técnica locacional. Eu recebo um processo desse, quais são as alternativas*
717 *de locação? Só tem uma? Eu devolvo o processo. Pela legislação se apresentou só uma*
718 *e não estudou nenhuma outra área isso não é ambientalmente previsto. Não posso*
719 *trabalhar com essa possibilidade. Agora, se ele tem que apresentar já a certidão nós*
720 *criamos uma situação que fica difícil de resolver. Eu não sei se tem que apresentar*
721 *certidão de propriedade do imóvel que ele está solicitando uma LP ou estudo prévio de*
722 *possibilidade ambiental. Tem que apresentar?” - Luciano Junqueira Melo - Presidente*
723 *Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu ao conselheiro: “Para licenciamento*
724 *na fase de licença prévia não é solicitada a posse da área não. O que acontece é que*
725 *muitas das vezes o empreendedor solicita a licença prévia e de instalação*
726 *concomitantemente. Aí sim se faz necessária a posse da área. É uma opção do*
727 *empreendedor. Se o empreendedor quiser fazer a licença prévia separadamente ele vai*
728 *ter sim a viabilidade locacional a avaliar.” Após os esclarecimentos colocou em*
729 *votação o processo 6.1 e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme parecer da*
730 *SUPRAM.. - **Item 7. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia: 7.1.***
731 ***L’Imerys Indústria e Comércio de Cal Ltda. - Fabricação de cal virgem, hidratada***
732 ***ou extinta - Doresópolis/MG - PA/Nº 28185/2011/001/2012 - Classe 5 -***
733 ***Apresentação: Supram ASF. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante***
734 *Ministério Público – Sugeriu uma condicionante: “Apresentar propostas de*
735 *armazenamento de resíduos em local coberto com piso impermeável e o contrato com*
736 *as empresas que irão recolher os resíduos gerados na fase de LI. Nossa experiência na*
737 *região com, o atual caso do hospital é um exemplo, de que na fase de LI as empresas*
738 *não estão dando a atenção adequada para os resíduos de construção civil. Eu acho*
739 *interessante já na formalização da LI nós já termos uma garantia para onde vai ser*
740 *enviado esse resíduo. Eu vou sugerir a inclusão dessa condicionante. Apresentar*
741 *proposta de armazenamento de resíduos em local coberto com piso impermeável e o*
742 *contrato com as empresas que irão recolher os resíduos gerados na fase de LI. Prazo*
743 *na formalização da LI.” – Júlio – SUPRAM ASF – Concordou com o conselheiro Dr.*
744 *Mauro. – Não identificou – Solicitou: “Só para a tentativa de não colocar mais tempo*
745 *para o empreendedor na fase de LI quando ele solicitar. Seria importante a questão de*
746 *um estudo comparativo entre o sistema de controle de poluição atmosférica. Vai ser*
747 *discutido agora na LP, mas é bom que ele já vá providenciando o estudo deste, porque*
748 *quando chegar na LI nós podemos inclusive, esbarrar num problema de inviabilidade*
749 *já que é uma emissão de poluente. Inclusive, a habilitação dos profissionais da*
750 *SUPRAM para estarem analisando o empreendimento desse porte com todas essas*
751 *emissões que estão aí. Inclusive a questão do sistema de controle de poluição*
752 *atmosférica. Muita das vezes eles insistem na questão de sistema de filtro manga. Filtro*
753 *manga é um equipamento. O sistema é uma combinação de dois que vai garantir uma*
754 *eficácia melhor do controle da poluição atmosférica.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
755 *Representante Ministério Público – Acrescentou: “Nós temos focado muito nessa URC,*
756 *principalmente já na fase de LI para exigir que além de instalar a estrutura física do*
757 *empreendimento, ele já instale antes da formalização da LO os sistemas de mitigação*



758 para depois não chegar na fase de operação nós correremos atrás quando já está sendo
759 gerada a poluição.” – Júlio – SUPRAM ASF – Esclareceu: “A equipe técnica que
760 trabalha naquela região já está desde o segundo semestre do último ano já está com
761 uma preocupação muito grande na questão de poluente atmosférico. Nós já estamos
762 com 3 condicionantes que nós estamos começando a aplicar na região que uma delas é
763 a questão de dispersão de particulados. Em cima desse estudo que é um estudo técnico
764 de dispersão de particulados que nós fazemos a empresa planejar, conhecer para onde
765 está indo o seu particulado, caso gere e propor novas medidas mitigadoras para
766 diminuir esse impacto.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto
767 São Francisco – Esclareceu que iria colocar em votação o processo e posteriormente a
768 inclusão de condicionante proposta pelo Ministério Público. Colocado em votação o
769 processo 7.1 e foi **APROVADO** conforme parecer da SUPRAM. Em seguida colocou
770 em votação a inserção da condicionante proposta pelo Ministério Público que trata da
771 destinação dos resíduos da construção civil: “Apresentar proposta de armazenamento
772 de resíduos no local coberto e piso impermeável e o contrato com as empresas que irão
773 recolher os resíduos gerados na fase de LI. Prazo na formalização da LI.” Colocou em
774 votação a inclusão e a **CONDICIONANTE** foi **INSERIDA**. – **Item 8. Processo**
775 **Administrativo para exame da Licença de Instalação: 8.1. Furnas Centrais**
776 **Elétricas S.A./ Linha de Transmissão em 500 KV Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2**
777 **e demais instalações - Linhas de Transmissão de Energia Elétrica - Bom**
778 **Despacho/MG - PA/Nº 24847/2008/002/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram**
779 **ASF.** - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –
780 Esclareceu que o item 8.1 da pauta foi solicitado vistas pelo Ministério Público, FIEMG
781 e FAEMG e solicitou fazer uma correção. – Isabela – SUPRAM ASF – “Só que na capa
782 do processo ficou constando que não tem medidas mitigadoras, não tem
783 condicionantes, não tem medidas compensatórias e não tem automonitoramento. Na
784 verdade deveria ser tudo marcado sim. Tem todas as medidas.” – **Item 9. Processo**
785 **Administrativo para exame da Licença de Operação: 9.1. Gerdau Aços Longos S.A**
786 **(Ex. Gerdau Açominas S.A) - Reciclagem ou Regeneração de Outros Resíduos**
787 **Classe 2 (não perigosos) não especificados - Divinópolis/MG - PA/Nº**
788 **00013/1978/038/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF.** – Mauro da Fonseca
789 Ellovitch – Representante Ministério Público – Sugeriu uma condicionante de nº 3:
790 “Armazenar todos os resíduos sólidos do empreendimento em local coberto e
791 impermeável até a sua destinação conforme programa de gerenciamento apresentado
792 na LI. Prazo durante a vigência da LO.” – Anaximandro – Representante PUC Minas –
793 Solicitou acrescentar: “Enviar o relatório fotográfico a SUPRAM.” – Júlio – SUPRAM
794 ASF – Concordou com os conselheiros. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente
795 da URC Alto São Francisco – Colocou em votação o processo 9.1. Gerdau Aços Longos
796 S.A. e foi **APROVADO**. Em seguida colocou em votação a inserção da condicionante
797 proposta pelo Ministério Público com complemento: “Armazenar todos os resíduos
798 sólidos do empreendimento em local coberto e impermeável até sua destinação
799 conforme programa de gerenciamento apresentado na LI, enviando comprovação do
800 seu cumprimento mediante relatório técnico acompanhado de fotografias
801 semestralmente. Prazo durante a vigência da LO.” A **CONDICIONANTE** foi
802 **INSERIDA**. – **Item 10. Processos Administrativos para exame de Revalidação da**
803 **Licença de Operação: 10.1. Cerâmica RG Ltda. - Outras formas de tratamento ou**
804 **de disposição de resíduos não listados ou não classificados e Fabricação de telhas,**
805 **tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG -**



806 PA/Nº 01293/2003/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Roberto
807 Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três
808 Marias – “Eu tenho uma dúvida aqui, apesar da proposta ser de indeferimento. O
809 balanço entre argila e pó de balão apresentado nos consumos aqui me parece
810 equivocado. Se no relatório técnico fala que a proporção é 10% aqui no uso efetivo que
811 foi colocado na tabelinha está dando muito mais. A pergunta é: Essa empresa tem o
812 dosador? Outra coisa do relatório que me chamou a atenção é que o responsável
813 técnico não apresenta registro de classe. Eu entendo que a pessoa que não apresenta
814 registro de classe não pode ser responsável técnico por um empreendimento. É preciso
815 que se corrija isto aqui.” – José Antônio – SUPRAM ASF – “A proporção citada no
816 parecer é 10% de pó de balão e 10% em cima de 1.000 Kg de argila. Isso deve ter sido
817 um erro de acertar no processo. Agora com relação a ART...” – Não identificou –
818 “Não é ART não. É registro de classe. Pode ser um químico, pode ser um, sei lá. Tem
819 um monte de profissões que podem ser responsáveis técnicos aqui. Agora, não pode ter
820 só o nome da pessoa não. Tem que ter o registro de classe. Quanto a essa proporção, se
821 você fizer uma continha lá você vai ver que se a argila é 1120 toneladas o pó de balão
822 não pode ser 140. Tem que ser no máximo 112. É menos um pouco, porque é 10% o
823 outro é 90. Eu acho que há um equívoco.” – José Antônio – SUPRAM ASF –
824 Esclareceu que poderia ser algum erro de cálculo. – Roberto Soares Nogueira –
825 Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Perguntou se
826 existia dosador na empresa. “Então, seria importante que isso se exigisse como estão
827 sendo exigidos das outras cerâmicas que ele implante um sistema de dosagem.” – Jorge
828 – SUPRAM ASF – Respondeu ao conselheiro Roberto que essa medida do dosador
829 seria pedido quando o empreendimento entrasse para o processo de LOC. - Luciano
830 Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu ao
831 conselheiro as situações: “Uma é a apresentação do parecer da SUPRAM e caso esse
832 conselho entenda pela aprovação do processo, ou seja, o deferimento da licença nós
833 poderíamos fazer essas correções. Caso o conselho entenda pelo indeferimento do
834 processo a equipe da SUPRAM está atenta no pedido de solicitar essas adequações.” –
835 Não identificou – “Senhor Presidente, senhores conselheiros, nosso bom dia!
836 Primeiramente nós queríamos aqui repetir aquela alegria que o Dr. Mauro mostrou
837 aqui para vocês e que também é nossa da cidade de Igaratinga, onde nós tivemos um
838 workshop com todos os empreendedores. Não todos, mas ali mais ou menos 93% deles
839 todos estavam ali recebendo as instruções de toda a equipe da SUPRAM e do
840 Ministério Público através da brilhante presença do Dr. Mauro. O qual nós
841 agradecemos mais uma vez. Essa visita foi muito importante, porque levou muito
842 conhecimento. Depois das nossas conversas Dr. Mauro e daquela explanação na
843 cidade nós até teríamos dificuldades de estar aqui neste momento até pedindo o não
844 deferimento, mas de outro lado fica parecendo um desprezo e não apoio. Conforme ao
845 longo desses dias, vocês sabem o nosso desempenho. O quanto nós lutamos. As
846 palavras que vós procuramos produzir para poder explicar a necessidade da aprovação
847 desta renovação. Eu queria que elas fossem repensadas. Não vou me estender muito,
848 porque nós temos mais dois empreendedores aqui. Hoje temos a “ERGEG”, a qual hoje
849 estou falando em nome. Aproveitando a oportunidade, temos ainda a Hélio, também é
850 uma da qual a empresa nós vimos, como o Camilo mostrou que lá no início foi
851 protocolado um pedido solicitando os conhecimentos de que forma estariam as
852 condicionantes. No ofício foi dito que estavam todas cumpridas. Isso trouxe um
853 conforto, mas logo no início veio esse conhecimento que nós não poderíamos deixar de



854 ter cumprido em dia as condicionantes. Onde está acontecendo isso aqui. Também a
855 Daiziane por questões eu sei também desse não cumprimento de algumas
856 condicionantes, os quais já foram muito bem esclarecidos por todos os senhores. Nós
857 reforçamos aqui mais está vez. O nosso desempenho, o nosso pedido, porque nós
858 estamos vendo que conforme essa carruagem a cada dia estamos aprendendo mais. O
859 município está ganhando com isso. Os empreendedores estão avançando mais para este
860 lado desse conhecimento, dessa conscientização. Nós mostrando que Igaratinga não
861 polui conforme tem suas aparências que dá para entender, mas isso todos estão
862 conscientes, houve sim, lá no início um atraso de condicionante. Quanto a este
863 empreendimento, José, foi cumprido. Ele já se encontra com dosador. A dosagem do
864 caso talvez foi um erro, porque não pode passar que estraga o produto, atrapalha.
865 Quanto a ART, deve ter sido esquecimento, pois em todos vêm. Quanto a
866 responsabilidade, já foi pedido. Todas as licenças novas que estão aparecendo já estão
867 sendo cumpridas as condicionantes do responsável técnico do empreendimento. A
868 SUPRAM já está pedindo e que já está tendo o gerenciamento. O qual nós contratamos
869 o Daniel com 6 anos de experiência na SUPRAM que vocês conhecem, está lá tomando
870 conta dessa parte com os outros engenheiros. Muito obrigado.” – Camilo de Lélis
871 André Melo – Representante FEDERAMINAS – Sugeriu ao representante: “O
872 consultor que está fazendo o licenciamento passa a visitar a empresa pelo menos uma
873 vez por mês. Visita rápida. Ali ele anota o que está errado e já faz o relatório para o
874 empresário sanar aqueles erros. É o melhor sistema, o melhor jeito para trabalhar que
875 eu tenho visto. O consultor tem a obrigação de todo mês visitar a empresa e ver se as
876 condicionantes estão sendo cumpridas sem problema nenhum. Com certeza, se você
877 adotar esse sistema você não vai ter problema nenhum com as empresas que estão
878 sendo licenciadas.” – Tonico – Representante Associação das Cerâmicas – Respondeu:
879 “Nós levamos esse conhecimento ao Ministério Público e para a SUPRAM, Camilo. O
880 que leva o empreendedor a fazer isso? É a competição, a concorrência. Muitas vezes
881 ele que já está ali, vocês vêm a implantação dessas cerâmicas são lá de 1980 quer dizer
882 que entram outras agora sem nada. Não tem licença de implantação. Não tem nada e
883 tem que competir. Elas muitas vezes deixam de, não tem as condições de pagar um
884 gerenciador ali na medida que precisa ser feita para concorrer com aquela que está
885 sendo instalada a todo instante conforme vocês dizem na licença de implantação. Nós
886 já levamos ao conhecimento, Dr. Mauro, dessa situação e muitas vezes esses
887 empreendimentos tem que enfrentar isso e enfrentando isso, cai no erro que sujeitam ao
888 atraso de alguma coisa e muitas vezes são penalizados. Os outros que estão lá informal
889 se encontram na tranquilidade vendendo na melhor forma. O mercado brasileiro é
890 assim, não tem o que nós fazermos. Nós estamos mostrando que faz conforme todas as
891 orientações de vocês, todas estão sendo corrigidas e vão ser corrigidas. Vocês estão
892 vendo isso.” – Não identificou – Sugeriu: “Vamos propor que nem nós ressaltamos
893 quando teve lá em Igaratinga. Vou ressaltar aqui de novo. Isso não é nenhum favor
894 para a sociedade. A obrigação do empreendedor é obter a licença e operar conforme a
895 legislação. Os que estão sendo instalados clandestinamente, estão operando
896 clandestinamente quando pegos eles vão responder pela responsabilidade criminal
897 grave, porque realmente além da questão ambiental, além da questão da competição da
898 concorrência desleal ainda estão cometendo um crime ambiental e violando a
899 qualidade de vida da sociedade. Agora, até mesmo, Senhor Tonico, eu acho uma
900 reflexão para o senhor pensar. Se não pelo aspecto ambiental que eu já bati aqui várias
901 vezes que 6 anos de operação do empreendimento sem monitoramento corresponde a 6



902 anos de poluição, porque nós não temos como aferir qual foi a qualidade ambiental, eu
903 chamo a atenção para o aspecto econômico, porque a empresa que fez um
904 monitoramento em 6 anos está fazendo uma concorrência desleal de quem cumpriu
905 direitinho as condicionantes e gastou com 6 anos de monitoramento. Nós temos
906 realmente que tratar diferente e ela vai ter que sofrer as consequências que é definido
907 na legislação. Até pelo próprio raciocínio econômico se vocês não quiserem pensar no
908 raciocínio ambiental que é gravíssimo, pelo próprio raciocínio econômico que você
909 está me colocando da concorrência desleal. Essas empresas que não fizeram o
910 licenciamento concorreram deslealmente com as que fizeram. Infelizmente, sem ter
911 como aferir o desempenho ambiental dela não tem possibilidade nenhuma de nós
912 manifestarmos pelo deferimento da revalidação.” - Luciano Junqueira Melo -
913 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos colocou em
914 votação o parecer da SUPRAM e o **PARECER foi APROVADO conforme proposta**
915 **da Supram. – Item 10.2. Hélio de Faria Silva - Outras formas de tratamento ou de**
916 **disposição de resíduos não listados ou não classificados e Fabricação de telhas,**
917 **tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG -**
918 **PA/Nº 01197/2003/004/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. - Luciano**
919 **Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco** – Informou que o
920 processo teria uma situação diferente. “A responsável pelo empreendimento vai
921 manifestar nesse processo e no 10.6 parece que a manifestação é a mesma. A intenção é
922 dar 10 minutos para ela manifestar ao invés de fazer a inversão da pauta. Roberto,
923 como sugestão aqui dos demais colegas, nós poderíamos votar. Fazer uma pequena
924 inversão de pauta. Votar o item 10.2 e o item 10.6. Os processos. Em ambos os
925 processos há destaque do Comitê de Bacias.” Solicitou ao conselheiro para fazer os
926 questionamentos para os dois processos. – Roberto Soares Nogueira – Representante
927 Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou correção nos
928 processos quanto ao responsável técnico. “Não há indicação de responsável técnico
929 pelo empreendimento, não pelo relatório. O relatório o conselheiro do CREA fez
930 observações claríssimas sobre isso. Se a empresa contrata um consultor para fazer um
931 projeto, ele não é responsável pela execução disso. Eu acho que aqui nós estamos
932 falando em responsável técnico pelos empreendimentos. Esse que nós temos que ficar
933 de olho, porque se tiver qualquer coisa errada lá o responsável técnico é esse. Não o
934 consultor que fez o projeto. Pelos estudos está perfeito e está faltando também nesse
935 processo o responsável técnico. Também tem uma observação a respeito do balanço de
936 matérias primas. No balanço apresentado matéria prima e insumos o relatório fala que
937 a proporção 5% em 95% de pó de balão e argila e os números aqui não dizem isso não.
938 Eu acho que balanço é balanço. Tem que ser correto. Ou a empresa não está fazendo
939 correto ou houve um erro qualquer aqui no fornecimento dos dados. Eu gostaria que
940 isso também fosse revisto e corrigido. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente
941 da URC Alto São Francisco – Esclareceu ao conselheiro: “Caso esse conselho delibere
942 contrário ao parecer da SUPRAM nós promovemos as correções. Se ambos são pelo
943 indeferimento, então caso indeferido a equipe da SUPRAM fica atenta na solicitação do
944 responsável técnico pela operação e a correção do balanço de massa.” – Marcos
945 Veloso – Representante CREA – Fez alguns esclarecimento sobre o tema: “Quanto ao
946 que o conselheiro Roberto falou. Quanto à questão da responsabilidade técnica eu
947 volto a esclarecer. Dentro da ART, da Anotação de Responsabilidade Técnica com
948 respeito ao CREA existem as várias atividades. Você pode fazer uma anotação de
949 responsabilidade técnica pelo acompanhamento ou pela execução pelo projeto. Tudo



950 *separadamente. O consultor, quando faz a ART da consultoria é apenas de um relatório*
951 *de orientação de como a obra deve ser executada, localização e outras coisas que*
952 *forem necessárias. Não tem qualquer responsabilidade sobre o projeto nem sobre a*
953 *execução do projeto e nem sobre o acompanhamento da atividade que são atividades*
954 *diferentes que podem ser inscritas em cada uma das ART's. Uma ou várias.” - Luciano*
955 *Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Havia um inscrito*
956 *para fazer da palavra e foi informado que teria 10 minutos referente ao item 10.2 e 10.6*
957 *da pauta. – Não identificou – “Excelentíssimo senhor presidente, o COPAM, senhores*
958 *conselheiros, ilustríssimo representante do Ministério Público, público assistente, bom*
959 *dia! Eu começo essa sustentação oral invocando aqui mais os aspectos legais. Eu fui*
960 *constituída como procuradora dos dois empreendimentos para que neste momento,*
961 *nessa oportunidade final eles viessem fazer a sua defesa, mais nos aspectos legais. Eu*
962 *queria começar essa sustentação invocando primeiro o direito de ampla defesa que os*
963 *dois empreendedores têm e o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade que a*
964 *administração pública deve ter com a particular. Em primeiro lugar, para pedir que o*
965 *processo fosse baixado em diligência ou abrisse um prazo para que pudesse os*
966 *senhores constatarem que a realidade de fato dessa empresa não é essa realidade*
967 *formal apresentada nos autos dos processos. A realidade de fato hoje dessa empresa é*
968 *de que cumpriu as condicionantes e que investiu na área ambiental, monitoramento do*
969 *ar, da água, do solo, monitoramento de resíduos, monitoramento de ruídos,*
970 *investimentos de galpões, de baias, investimentos de infraestruturas e tecnologias*
971 *capazes de desenvolver as atividades, preservar o Meio Ambiente e os recursos*
972 *naturais. Eu estive na empresa no sábado. Como procuradora da empresa, mas eu fiz*
973 *uma gestão ambiental pela faculdade Engenharia da Universidade de Itaúna junto com,*
974 *inclusive conselheiro Roberto Nogueira. Dr. Roberto Soares Nogueira. Por mais que eu*
975 *trabalhe na área jurídica, evidentemente para me aventurar na área ambiental eu teria*
976 *que ter um pouco de conhecimento. Assim, eu fui contratada sexta-feira da semana*
977 *passada a noite por estes dois empreendedores que naquele momento, naquela semana*
978 *foram informados que o processo poderia ser indeferido. Tudo indeferido por falta de*
979 *informação que eles não receberam a tempo lá, porque eles tinham contratado, aliás,*
980 *os técnicos contratados, o profissional contratado até então informava que tudo estava*
981 *regularizado, que tudo estava protocolado. Diante da documentação que eu tinha e*
982 *diante do pouco tempo que nos restava, eu simplesmente no sábado desloquei a*
983 *Igaratinga para fotografar os dois empreendimentos e numa petição fundamentar, fazer*
984 *essa tese do pouco tempo que restava, mas com a realidade atual da empresa. Fiquei*
985 *surpresa e para falar, na verdade fiquei satisfeita com o que eu vi nesses dois*
986 *empreendimentos. O investimento que foi feito. Os monitoramentos que eles*
987 *conseguiram pegar com estes profissionais que diziam estar tudo em dia, a tempo,*
988 *atendendo aos prazos das condicionantes. Eu tirei xerox de tudo e no acervo*
989 *fotográfico junto com os documentos estive na SUPRAM, segunda-feira, com a Dra.*
990 *Isabela que conseguiu um espaço na pauta dela para que nos recebesse. Foi a primeira*
991 *vez que esses dois empreendimentos bateram na porta da SUPRAM para realmente*
992 *relatar a realidade. Estou aqui o seguinte. Para dizer que a formalidade do processo,*
993 *do procedimento, do licenciamento não pode prevalecer nesta hora sobre a finalidade*
994 *do procedimento de um licenciamento ambiental. Primeiro, porque existem os*
995 *monitoramentos, existem os investimentos e o empreendedor, os dois empreendedores*
996 *de boa fé o tempo inteiro foram orientados por profissionais que se diziam capazes de*
997 *conduzi-los ao êxito nesse processo de revalidação, justamente por não conhecer a*



998 complexidade e a burocraticidade do processo administrativo. Eles estavam
999 tranquilos, conscientes e investindo, porque eles investiram pesado nessa área. Eles
1000 praticamente cumpriram todas as condicionantes. Na última vistoria que foi feita em
1001 dezembro pelos técnicos, vocês podem ver nos processos, nos autos dos processos que
1002 não foi constatado que não houve cumprimento de condicionante. Todas as
1003 condicionantes foram cumpridas. Algumas de modos diversos. Evidentemente, se assim
1004 foi cumprida, é porque esse profissional falou, pode cumprir. Agora, é diferente a
1005 situação daqui para frente se o processo se for dada essa chance de o processo ser
1006 baixado em diligência ou uma nova vistoria e eles comprovarem o tempo que vocês
1007 acharem que puder. Nós estamos pedindo um prazo de 90 dias. Evidentemente é um
1008 prazo que nós pedimos, mas pode ser muito menos que isso. Todos os monitoramentos e
1009 uma nova vistoria no local. Não foi constatado que houve, apesar de diferente o
1010 cumprimento da condicionante, prejuízo para o Meio Ambiente. Essa tentativa de estar
1011 aqui fazendo uso da palavra hoje é justamente para que o processo possa ser baixado
1012 em diligência, uma nova realidade dos dois empreendimentos possam ser passadas
1013 para os senhores para que esse seletor conselho reveja o posicionamento de um
1014 indeferimento de plano dessa revalidação da licença de operação. Evidentemente, se
1015 for indeferida de plano sem essa chance de uma nova vistoria ou de provar esses
1016 monitoramentos e o cumprimento dessas condicionantes, realmente um prejuízo maior
1017 para a empresa pode, vai, já está acontecendo. Com e-mail de fornecedores de
1018 matérias primas e insumos estão perguntando como que vai ter com o empreendimento
1019 fechado? Sendo que houve uma omissão de informação, mas não houve negligência e
1020 boa vontade para cumprir essas condicionantes. Muito obrigada.” – Mauro da Fonseca
1021 Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu à representante da empresa:
1022 “Em relação à exposição da doutora com todo o respeito, acima desses princípios
1023 super legais da razoabilidade vigora o princípio da eficiência da administração
1024 pública. Nós já batemos aqui várias e várias vezes. Inclusive, o que é o Princípio
1025 Constitucional do Artigo 37. Nós já batemos, cansamos de explicar aqui. Nós já
1026 levamos essa informação ao setor ceramista de Igaratinga de que revalidação é
1027 avaliação de desempenho ambiental. É o histórico do empreendimento durante 6 anos.
1028 Hoje, o empreendimento em dois dias como a senhora mencionou e dizer que está tudo
1029 em ordem e por isso, a senhora não pode e nem tem como atestar que foram os 6 anos
1030 (inaudível). O histórico não está em ordem. Quanto à questão de comprovação de
1031 dano. Tem duas análises aqui de automonitoramento de efluentes fora dos parâmetros.
1032 Tem comprovação de dano. Quando não apresentou monitoramento e era
1033 condicionado, você não tem como aferir se ele teve ou não. Como que algum técnico
1034 vai vir aqui atestar que ele teve um bom desempenho ambiental? Impossível sem os
1035 monitoramentos. Além do mais, condicionante não é assessório, não é um aspecto
1036 menor da licença ambiental. Condicionante, pelo próprio termo e pela própria
1037 definição legal do artigo 19 da Resolução CONAMA combinado com o artigo 121 do
1038 Código Civil deixa claro que a condição, a condicionante é cláusula resolutive, ou seja,
1039 não cumpriu, resolve-se. Não cumpriu, extingue-se. A empresa não cumpriu
1040 condicionante ou cumpriu conforme consultores orientaram ou falaram, então ela não
1041 cumpriu. Resolve-se. Ele não vai ter direito a revalidação. A segunda oportunidade que
1042 ele vai ter é numa eventual licença corretiva se ele tiver condições de operar. Em
1043 alguns desses empreendimentos eu acredito que tenham. Também em relação a,
1044 perdão, perdi até minha linha de raciocínio aqui. Estava falando de condicionante.
1045 Constituição resolutive. Espera só um minutinho. Ah é. Em relação aos consultores



1046 *que orientaram errado seus empreendedores. Tenho a ciência de que isso*
1047 *eventualmente pode ter realmente acontecido. Para isso cabe ação regressiva e não só*
1048 *recomendo como aconselho os empreendedores a buscarem a responsabilização,*
1049 *inclusive, financeira desses maus consultores. Inclusive, se foi apresentada alguma*
1050 *orientação errada que procure o Ministério Público que nós vamos auxiliar quanto a*
1051 *isso. Agora, eu não vejo condição pelo desempenho ambiental que está comprovado*
1052 *tanto no item 10.2 quanto no 10.6, eu não tenho como vir aqui atestar que a empresa*
1053 *teve um desempenho ambiental satisfatório. Qualquer votação nossa pela revalidação*
1054 *desse empreendimento seria atestar isso e quem estaria cometendo um crime seria eu.*
1055 *Não vou me colocar nessa posição. Acredito que nenhum dos conselheiros aqui vá*
1056 *assumir uma responsabilidade de atestar um desempenho ambiental razoável de um*
1057 *empreendimento que não apresentou os monitoramentos na frequência recomendada.*
1058 *Eu entendo o lado do empreendedor. Nós tivemos a oportunidade de explicar em*
1059 *Igaratinga. Isso para o bom empreendedor isso não é o final do empreendimento. Ele*
1060 *vai ter a oportunidade de obter uma licença de operação corretiva. Se ele tiver*
1061 *condições de continuar operando ele vai fazer o termo de ajustamento com o estado e*
1062 *poder continuar operando. Se não tiver, ele vai ter que sofrer aquela sanção que o Dr.*
1063 *Roberto colocou muito bem. Separar os que estão em condição que nem esses*
1064 *empreendimentos, correram atrás dos que não correram. A senhora vai ver quando nós*
1065 *chegarmos no item 10.5 de uma diferença de tratamento para quem realmente tentou se*
1066 *adequar, que pareceu o caso de seus clientes e dos outros que foram completamente*
1067 *desiduosos, mas eu não vejo condições técnicas nem legais de optar por essa*
1068 *revalidação. Isso aqui já vem sendo reiterado e o pior, isso vai acabar sendo um tiro no*
1069 *pé. Igual foi quando você batia para tentar evitar a todo custo a compensação da 36 do*
1070 *SNUC foi fazer interlocuções via estado e geraram tudo aquilo. Os senhores lembram.*
1071 *2 anos de discussão e desgaste nesse conselho para tentar passar uma coisa absurda*
1072 *como se fosse razoável. Se qualquer norma que venha ou que a empresa ou que esses*
1073 *empreendimentos façam pela opção para tentar passar a revalidação sem o*
1074 *desempenho ambiental bom vai gerar judicialização. Nós vamos começar a propor*
1075 *ação civil para tudo. Esse conselho vai ficar inviável. Nós temos que separar, tem que*
1076 *saber o que é natureza de uma revalidação. Uma revalidação é desempenho ambiental*
1077 *durante todo o período da licença. Não teve desempenho ambiental comprovável nós*
1078 *não temos como tomar uma posição dessa e votar pela revalidação. - Luciano*
1079 *Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu:*
1080 *Senhores conselheiros, queria dizer a senhora também que caso existam documentos a*
1081 *serem juntados que não foram apreciados pela SUPRAM, após o indeferimento caso ele*
1082 *também ocorra, a senhora pode entrar com recursos contra o indeferimento, apresentar*
1083 *esses documentos que serão reavaliados. Não há o cerceamento da ampla defesa. A*
1084 *senhora terá esse direito mediante apresentação desses documentos.” – Não identificou*
1085 *– Respondeu: “Olha, na verdade, nós apresentamos o que tínhamos condições de*
1086 *apresentar no dia 21 perante a SUPRAM. O que acontece é o seguinte. Hoje o*
1087 *indeferimento quando se torna público há questão do dano material e moral para a*
1088 *empresa também. De uma empresa que vem tentando sim cumprir da melhor forma*
1089 *possível seu desempenho ambiental. A questão de estar aqui hoje e evidentemente*
1090 *atendendo primeiro a questão ambiental para depois ressarcir os danos materiais e*
1091 *morais que a empresa, os dois, as duas empresas sofreram é justamente essa. Este é o*
1092 *último momento que eles poderiam vir aqui apelar para que? Foi dado para eles esse*
1093 *direito de provar. Em uma semana, ou um curto espaço de tempo que vocês quiserem*



1094 desde que eles consigam recolher isso ou que então fosse feito outra vistoria ou que
1095 fossem apresentados os documentos para avaliar dentro deste mesmo processo de
1096 revalidação, porque eles sofrem sim. A pressão de mercado é extremamente
1097 competitiva. A verdade, a tentativa é essa de que não houvesse o indeferimento para
1098 que fosse dado essa chance neste mesmo processo deles comprovarem todo o
1099 desempenho ambiental que eles tiveram até aqui. Na verdade é essa. Quanto ao
1100 ressarcimento material e moral que eles sofreram, que a empresa sofreu será buscado
1101 sim, mas não agora. Mediante o processo civil e criminal. Esses profissionais poderão
1102 ser contratados, porque hoje já estão com outro técnico nos acompanhando para poder
1103 comprovar isso tudo. Caso seja dada a eles a chance de neste processo de revalidação
1104 ainda puderem comprovar isso, porque eles agiram de boa fé o tempo todo.” – Não
1105 identificou – Perguntou se havia monitoramento que não constava do procedimento da
1106 SUPRAM ou que não teria sido entregue. “Existe algum monitoramento dos anos que
1107 aqui no parecer fala que não foram feitos, não foram entregues?” – Não identificou –
1108 Respondeu: “Todos os documentos que eles conseguiram levar até o meu escritório na
1109 sexta-feira para poder ser avaliado, realmente percebi que tem vários, todos 2008,
1110 2009, 2010 e 2011. Realmente, eu já avisei para eles, 2006 e 2007 não tinha. Eles não
1111 sabiam explicar porque. Olha, realmente o que eu estou fazendo é isso que a
1112 formalidade, porque eles não venha prevalecer pela finalidade do que foi feito em 2008,
1113 2009, 2010 e 2011. Foram, olhe, todos protocolados. Mesmos que foram feitos, Dr.,
1114 protocolados intempestivamente no órgão, quer dizer ele pagava. Pagava para fazer o
1115 monitoramento. Ele tinha uma cópia que não estava protocolada e agora, com a
1116 exigência que foi buscar alguns monitoramentos ainda foram protocolados. Eu pude
1117 ver que eram protocolados de forma intempestiva nos autos. É muita negligência do
1118 profissional contratado. Isso dá uma certa indignação de ver o desespero do
1119 empreendedor que gastou, que estava lá investindo. Ele estava buscando estar perante
1120 seus clientes, fornecedores de uma atividade licenciada. Ele queria isso. Ele estava até
1121 o momento. Tanto que semana passada, antes de sair a pauta se tornar público a
1122 sugestão de indeferimento era chegar perto e seu processo está OK. Você vai receber a
1123 sua licença de operação. Depois de sair no site que já veio a público foi que a pessoa
1124 chegou e falou, olha, sinto muito não deu certo. Sinto muito não deu certo? Uma pessoa
1125 que investiu pesado fez pagar pelos monitoramentos? Eu vi vários monitoramentos. Foi
1126 por isso que eu abracei a causa, porque senão eu não estaria aqui. Entendeu? Foi por
1127 isso que eu fui para lá com o fotógrafo. Era a minha forma mais rápida de comprovar.”
1128 – Não identificou – Argumentou: “Tem duas colocações que eu não posso deixar de
1129 falar. O monitoramento na formalidade. O monitoramento não é formalidade de jeito
1130 nenhum. Monitoramento é essencial para qualidade ambiental do empreendimento
1131 para desempenho ambiental de empreendimento. O erro está em considerar
1132 monitoramento formalidade. Não é papel para ser mandado aqui para a SUPRAM.
1133 Monitoramento, infelizmente como o estado não tem condição de avaliar toda a
1134 qualidade ambiental dos empreendimentos o mínimo que se exige é que ele mesmo se
1135 apresente algum levantamento comprovando desempenho ambiental dele. Outra coisa.
1136 São dois clientes da senhora aqui. A senhora está falando que acredita são dois num
1137 universo de 40. Aqui no último mês foram 15. Todos com a mesma argumentação. Nós
1138 agimos de boa fé. Nós tentamos. Nos 45 do segundo tempo nós fizemos. Nós últimos 2
1139 anos nós fizemos. Uma variação de dois, de metade a 2/3 da licença cumprida que não
1140 é licença cumprida. O prazo faz parte da condicionante. A condicionante é da essência
1141 da licença. Eu entendo a questão técnica, a dificuldade do empreendedor. Agora, tudo



1142 *na legislação, tudo tem a sua consequência e tem porque dessa consequência. Não vejo*
1143 *como, não tem possibilidade. Se não tem nenhum outro documento que não foi*
1144 *apresentado na SUPRAM de monitoramento eu não vejo como nós vamos aferir a*
1145 *qualidade e o desempenho ambiental da empresa nos 6 anos em que ela obteve a*
1146 *licença. Sem ter como aferir não tem como dar como desempenho satisfatório.*
1147 *Qualquer coisa nesse sentido quem vai estar errando somos nós desse conselho que*
1148 *vamos estar tomando alguma atitude ilegal. A senhora desculpa. Eu quero ouvir só se*
1149 *tiver o pessoal da SUPRAM vier aqui me falar. Olha, foi apresentado algum documento*
1150 *que não consta daqui. Aí eu vou aceitar alguma baixa em diligência. Agora, vir falar*
1151 *que não, tem mais alguma coisa, vamos fazer nova vistoria. Eu vejo completamente*
1152 *desnecessário, porque nós estamos avaliando 6 anos de desempenho de licença.” –*
1153 *Isabela – SUPRAM ASF – Informou que esteve reunida com a doutora e com*
1154 *empreendedores na SUPRAM. “Ela nos apresentou vários documentos, no entanto nós*
1155 *fizemos a análise. Tanto a Daniela quanto a Estela que foram as técnicas que fizeram*
1156 *esses processos e não acharam nenhuma novidade que pudesse reverter a situação do*
1157 *processo. Caso houvesse nós mesmos já tínhamos feito a proposta de baixa em*
1158 *diligência, com certeza, para modificar o que foi feito no parecer. Não houve qualquer*
1159 *alteração que pudesse também alterar a decisão da SUPRAM.” - Luciano Junqueira*
1160 *Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos*
1161 *colocou em votação os processos 10.2 e 10.6 - 10.2 Hélio de Faria Silva e 10.6*
1162 *Cerâmica Daiziane Ltda e os PARECERES foram APROVADOS conforme proposta*
1163 *da SUPRAM. - Item 10.3. Aramig - Aramifícios Minas Gerais Ltda. - Fabricação*
1164 **de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não**
1165 **ferrosos, com tratamento químico superficial, exclusive móveis - Cláudio/MG -**
1166 **PA/Nº 02027/2003/003/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Roberto**
1167 **Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três**
1168 **Marias – Informou que o processo não havia responsável técnico pelo empreendimento**
1169 **que era necessário colocar e fez duas observações: “A água efluente do leito de secagem**
1170 **ela está sendo destinada a rede pública. Só com análise e monitoramento de PH. Eu**
1171 **acho que o tipo de ETEI que existe lá exige um monitoramento maior do que só PH.**
1172 **Está certo? Falta no fim do processo observação de que no prazo de 10 dias não**
1173 **poderá operar. O que foi cobrado de todos os outros processos, nesse aqui não existe.**
1174 **Eu conversando ali fora com o representante técnico do empreendedor ele me**
1175 **apresentou coisas novas a respeito que não estão no relatório. Eu gostaria que o**
1176 **presidente permitisse, mesmo sem estar inscrito, que o representante se manifeste aqui**
1177 **para esclarecer os pontos que ele me apresentou lá que eu acho que muda um pouco a**
1178 **situação da empresa.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Comentou**
1179 **também: “Tenho a impressão de que nós estamos realmente com uma dificuldade em**
1180 **relação a questão de descumprimento de condicionante versus autuação por causa do**
1181 **descumprimento e versus não renovação da licença no indeferimento do pedido de**
1182 **renovação. Parece que há uma tendência de descumpriu fora do prazo ou cumpriu fora**
1183 **do prazo considerar descumprida e considerar-se então desempenho adequado**
1184 **considerar impossibilidade de renovação. Eu acho que as coisas são separadas. Eu**
1185 **acho que tecnicamente quem avalia o empreendimento tem plena condição de repente**
1186 **de dizer. Entreguei fora, foi recebido fora da época ou não sei, mas o empreendimento**
1187 **que está ambientalmente adequado. Eu como técnico, se fosse na minha área eu**
1188 **provavelmente poderia dizer isso. Vejam bem. Eu posso ter que é o caso do 10.3 e 10.4.**
1189 **Está previsto indeferimento por falta de cumprimento das condicionantes. Eu acho que**



1190 *nós precisamos separar bem o que é cumprimento de condicionante, funcionamento*
1191 *ambiental inadequado. Eu posso autuar por um e permitir que continue funcionando*
1192 *por outro. Esse é o meu entendimento. A minha pergunta no 10.3 e será depois no 10.4*
1193 *é: Tecnicamente, realmente o que está previsto, aquilo que foi colocado no parecer*
1194 *técnico, o empreendimento está ambientalmente inadequado? Então eu devo, não*
1195 *revalidar a sua licença e ao mesmo tempo autuá-lo por descumprimento de*
1196 *condicionante. Eu vejo que são duas coisas separadas.” – Luana – SUPRAM ASF –*
1197 *Esclareceu: “Em análises técnicas nós vimos que foi apresentado o automonitoramento*
1198 *só depois da ampliação da ETE que foi em 2009 e o prazo foi em 2007. Até 2007. O*
1199 *empreendimento, o maior impacto é o efluente líquido industrial que tem o banho, a*
1200 *cromagem que tem zinco, estanho e níquel que eram enviados para o esgoto público da*
1201 *cidade.” – Não identificou – Informou que o conselho deve ter segurança na hora de*
1202 *deliberar. “Veja bem, o técnico está me dizendo aqui que eu não tenho certeza e*
1203 *segurança do que aconteceu no prazo de 2 anos se o senhor polui ou não. Se o senhor*
1204 *tem um poluente com metal pesado. Nós aqui não podemos votar isso. Aqui está*
1205 *apresentado o argumento.” – Não identificou – Respondeu que por ser o maior impacto*
1206 *do empreendimento foi analisado dessa forma. “Ele ficou 2 anos lançando no esgoto*
1207 *sem tratamento.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
1208 *Esclareceu ainda: “Nós temos que diferenciar a irregularidade da ilegalidade. Uma*
1209 *coisa é você pegar e apresentar. Vamos supor que a empresa tivesse apresentado ainda*
1210 *que com 6 meses, 8 meses de atraso o monitoramento de todo o seu desempenho. Se nós*
1211 *tivéssemos como aferir. Isso é uma coisa. Uma irregularidade que seja autuado e tal.*
1212 *Agora outra são 2/3, não digo nesse caso, mas no anterior, 1/3 do tempo ela não fez*
1213 *monitoramento. Nós não temos como avaliar. Vem dizer que ah, mas os 2/3 finais*
1214 *estavam OK. E a poluição que foi gerada naqueles 2 anos anteriores? Como é que*
1215 *fica? O professor foi muito feliz nessa diferenciação. Nós não estamos falando de mera*
1216 *formalidade. Nós não estamos falando de uma condiçãozinha acessória de um excesso*
1217 *de preciosismo. Nós estamos falando de condicionantes, do automonitoramento, o*
1218 *coração do licenciamento. Nós estamos falando daquilo que dá alguma segurança para*
1219 *nós votarmos. Nós estamos falando da alma do licenciamento. Do que nós estamos*
1220 *fazendo aqui. Nós vivemos discutindo condicionantes essenciais, para depois você*
1221 *cumprir e falar, mas tem, o empreendedor estava de boa fé, ele se esforçou, no*
1222 *finalzinho ele cumpriu. Sinto muito. Ele já adquiriu a licença sabendo das suas*
1223 *obrigações e quando, principalmente essas essenciais de automonitoramento, efluente*
1224 *atmosférico, efluente líquido, gestão de resíduos sólidos. Se isso não foi cuidado com a*
1225 *devida atenção o ônus não é desse conselho. Esse conselho não está prejudicando de*
1226 *maneira nenhuma. Ele se prejudicou com a sua falta de cuidado no desempenho*
1227 *ambiental. Na sua gestão ambiental.” – Luana – SUPRAM ASF – Informou que foi*
1228 *pedida uma reconsideração do parecer pelo empreendedor, porém o empreendedor*
1229 *apresentou os mesmos documentos que já estavam nos autos e não alterou em nada na*
1230 *análise dela. – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São*
1231 *Francisco – Respondeu ao conselheiro Roberto que não havia previsão de uso da*
1232 *palavra para aquele que não estaria inscrito e que a equipe da SUPRAM já tinha*
1233 *avaliado as informações prestadas por ele. – Roberto Soares Nogueira – Representante*
1234 *Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Concordou e solicitou que a*
1235 *SUPRAM fosse ouvida. – Luana – SUPRAM ASF – Respondeu: “Ele apresentou os*
1236 *mesmos monitoramentos feitos a partir de 2009 e a ETE que foi implantada em 2009*
1237 *também. A comprovação que ele implantou foi 2009 e o prazo era até 2007. Não*



1238 *acrescentou nada na análise.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante*
1239 *FEDERAMINAS – Informou que ele sempre teve preocupação com prorrogação de*
1240 *condicionante. “Toda vez que foi proposta pela empresa prorrogar condicionante,*
1241 *aumentar o prazo de instalação da condicionante eu sempre fui favorável. Eu acho que*
1242 *condicionante pode ser mudada, ele vem até o conselho e pede. O problema maior, Dr.*
1243 *Roberto é esse que o senhor está advogando e o senhor está de parabéns. Eu até já*
1244 *achava que isso já era solucionado. Já tinha solucionado nos licenciamentos para trás*
1245 *que já seria de praxe que é o acompanhamento técnico do empreendimento. O senhor*
1246 *imagina, há várias sessões atrás foi pedido o acompanhamento técnico numa*
1247 *fabricação de açúcar mascavo. Uma microempresa pequenininha. Lá nós pedimos.*
1248 *Naquela oportunidade o senhor também pediu que todas a partir daquela data tivessem*
1249 *acompanhamento técnico que é o técnico que vai lá todo mês e que vai atestar se está*
1250 *sendo feita ou não. Agora, eu acho que para solucionar um problema não pode criar*
1251 *outro de forma alguma. Tem que ser certo. Tem que ter esse técnico que o senhor está*
1252 *falando. Isso eu acho que já devia ser praxe igual tem as condicionantes que já são de*
1253 *praxe para determinado empreendimento. Esse técnico fosse exigido de todos. É mais*
1254 *um acréscimo de despesa para a firma? É, mas é uma tranquilidade para o*
1255 *empreendedor e para nós que estamos votando essas condicionantes. Isso o senhor está*
1256 *de parabéns. Eu acho que o senhor está correto e não sei se teria jeito dos técnicos da*
1257 *SUPRAM já pedir esse técnico para acompanhar o empreendimento. O técnico*
1258 *responsável pelo empreendimento que é isso que está faltando. No momento que tiver o*
1259 *técnico responsável pelo funcionamento do empreendimento o senhor pode ter a certeza*
1260 *que 90% desses problemas que nós tivemos aqui hoje nessa reunião vão estar*
1261 *solucionados.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do*
1262 *Entorno da Represa de Três Marias – Afirmou: “Eu conheço o profissional e tenho*
1263 *certeza que ele acompanha a empresa. Agora, realmente a empresa deve ter falhado*
1264 *gravemente num aspecto. Quando você determina prazos a empresa não é obrigada a*
1265 *aceitar os prazos não. Tem ampla condição de vir cá, propor prazos adequados. Eu*
1266 *mesmo já defendi prazos aqui que eram totalmente inexecutáveis, prazos que realmente*
1267 *o empreendedor pudesse executar. Realmente esse prazo da construção da ETEI não foi*
1268 *cumprido e a empresa não se deu ao trabalho de vir cá e solicitar prorrogação de*
1269 *prazo e se defender. Realmente é para fins de revalidação esse processo não tem*
1270 *solução.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Ressaltou*
1271 *a fala do conselheiro Roberto: “O senhor foi muito feliz na sua colocação mesmo. Isso*
1272 *faz parte da gestão ambiental do empreendimento. Se assumiu um compromisso perante*
1273 *o estado, perante esse conselho, perante essa sociedade você tem que assumir com*
1274 *prazos e condições que você tenha e vá cumprir. Então, viesse aqui manifestar. Não é*
1275 *questão de 2 anos depois. O empreendimento funciona 2 anos, 1/3 da licença e depois*
1276 *vem apresentar monitoramento ou fazer pedido. Vê que não vai ter condição de*
1277 *cumprir venha previamente solicite, justifique tecnicamente. Agora, deixar 2 anos*
1278 *poluindo para depois correr atrás. O senhor tem razão não tem milagre que se possa*
1279 *fazer aqui.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São*
1280 *Francisco – Após os esclarecimentos colocou em votação o processo 10.3. Aramig –*
1281 *Aramifícios Minas Gerais Ltda e o **PARECER foi APROVADO** conforme proposta da*
1282 *SUPRAM. – **Item 10.4. Frigorífico Formigão Ltda. - Abate de animais de médio e***
1283 ***grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc)***
1284 ***- Formiga/MG - PA/Nº 00044/2001/006/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram***
1285 ***ASF. – Não identificou** – Informou ter duas dúvidas: “Os efluentes desse frigorífico são*



1286 encaminhados para um receptor de classe 2. A pergunta que eu faço é se realmente
1287 todos os itens do CONAMA 20/86 foram observados no monitoramento desse efluente.
1288 Também fala num poço tubular sem citar se ele está devidamente adicionado com
1289 horímetro e hidrômetro. No relatório não tem essa informação. Eu gostaria de saber
1290 essas duas dúvidas.” – Isabela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Com relação aos
1291 monitoramentos o empreendedor, na verdade, nem chegou a realizar, porque a ETE
1292 está até hoje em construção. Ela não foi finalizada. É um dos grandes motivos do
1293 processo ter vindo pelo indeferimento, porque essa construção tinha sido colocada
1294 como condicionante na primeira licença do empreendimento e até hoje ela não foi
1295 terminada. Nem houve o monitoramento ainda.” – Francisco de Assis Braga –
1296 Representante ABES – Questionou: “A questão do indeferimento se está mais
1297 relacionado com o prazo de cumprimento de condicionante ou realmente o
1298 descumprimento de condicionantes, porque se for prazo tem autuação se for
1299 descumprimento que não se possa comprovar o desempenho ambiental adequado é
1300 outra situação.” – Silvestre – SUPRAM ASF – Respondeu: “Com relação ao poço
1301 tubular. Na outorga foi condicionada a implantação do horímetro e do hidrômetro. –
1302 Luana – SUPRAM ASF – Esclareceu: “A questão do frigorífico foi também prazo do
1303 cumprimento das condicionantes e os automonitoramentos que não foram cumpridos.
1304 Fora do prazo.” – Francisco de Assis Braga – Representante Ministério Público – “A
1305 questão é o prazo de cumprimento ou o prazo de apresentação dos resultados. Ele foi
1306 feito no prazo correto. Eu tinha a data x para apresentar o monitoramento. Eu fiz, só
1307 que eu não protocolizei no órgão. Descumprimento”. – Isabela – SUPRAM ASF –
1308 Respondeu: “Ele não fez os monitoramentos, porque nem a estação de tratamento ele
1309 não construiu.” – Não identificou – Concordou com os esclarecimentos: “Estou
1310 levantando essa questão, porque eu acho que nós temos que ter esse cuidado na hora
1311 de avaliar se descumpriu o prazo ou se fez na época errada. De repente, nós estamos
1312 tentando colocar tudo mundo na mesma panela aqui, mas a panela é diferente.
1313 Desculpe-me a simplicidade da comparação, mas nós temos que separar as coisas.” –
1314 Luana – SUPRAM ASF – Esclareceu ainda: “Era para ele ter apresentado em 2003.
1315 Ele apresentou a primeira planilha em 2003 e a segunda foi só em 2008 dos efluentes
1316 industriais.” – Anaximandro – Representante PUC Minas – Complementou: “Mais uma
1317 sugestão para o ótimo trabalho que a SUPRAM vem fazendo. É exatamente separar
1318 essas situações. Cumpriu, mas apresentou fora do prazo. Não cumpriu e não, e sequer
1319 as vezes apresentou o que fez. Eu acho que se nós colocarmos isso bem separado, na
1320 hora que formos pesar a nossa decisão, como muito bem disse o Dr. Mauro e o
1321 professor Francisco. Uma coisa é cumprirem por algum problema e não apresentar que
1322 cumpriu. Outra coisa é começar a cumprir muito fora do prazo e outra coisa é não
1323 cumprir.” – Luana – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Na avaliação de cumprimento de
1324 condicionantes no item 10 eu coloquei o prazo e se foi cumprida fora do prazo.” –
1325 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Solicitou
1326 informações ao jurídico da SUPRAM: “Tem aqui num trecho da análise. Isso não influi,
1327 mas eu já quero tirar uma dúvida aqui. Ele fala que houve prestação de informação
1328 errada à SUPRAM que não correspondia a realidade falando a respeito da capacidade
1329 instalada. Como é que isso se deu? Você pode me explicar, por favor? – Isabela –
1330 SUPRAM ASF – Na primeira licença do empreendimento, na licença de operação
1331 havia informação de que abate seria de 50 cabeças por dia. Logo em seguida o
1332 empreendedor deu entrada em um novo processo de LP com LI para ampliação do
1333 empreendimento informando que na verdade faria um abate de me parece que de 213



1334 *cabeças ao dia. Só que o que na verdade ele precisaria seria só a construção da ETE*
1335 *adequada a essas 213 cabeças, porque ele já tinha a capacidade instalada para esse*
1336 *abate e não havia informado isso no licenciamento.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
1337 *Representante Ministério Público – Argumentou: “Então ele prestou informação falsa e*
1338 *subdimensionou o empreendimento quanto ao pedido da licença?” – Isabela –*
1339 *SUPRAM ASF – Respondeu que sim. “Tanto que nós estamos propondo o*
1340 *cancelamento de todas as licenças desse empreendimento.” – Mauro da Fonseca*
1341 *Ellovitch – Representante Ministério Público – Informou que iria requisitar cópia*
1342 *integral dos procedimentos. “Nós vamos abrir uma ação criminal contra esse*
1343 *empreendimento.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMIAS –*
1344 *Fez um questionamento: “Ela informou, deu os monitoramentos 2, 3 anos depois. Não é*
1345 *isso? Porque ela não fez esse monitoramento ela é passível de ser multada?” – Isabela*
1346 *– SUPRAM ASF – Respondeu que sim porque os automonitoramentos são colocados*
1347 *como condicionantes da licença. – Camilo de Lélis André Melo – Representante*
1348 *FEDERAMINAS – Salientou: “Naturalmente essa multa deve ter sido feita lá naquele*
1349 *período atrás quando informou que não estava mandando os monitoramentos que*
1350 *mandou o primeiro monitoramento ou a multa está sendo feita agora. O meu*
1351 *questionamento é só esse. Vai multar só no final do licenciamento ou está seguindo o*
1352 *processo e multando a medida que não está sendo cumprida e o que tem que ser feito?*
1353 *Isso que eu não estou concordando.” – Isabela – SUPRAM ASF – Informou que na*
1354 *medida que for acompanhado serão lavrados os autos de infração. “Quando for*
1355 *constatado será lavrado o auto de infração.” – Camilo de Lélis André Melo –*
1356 *Representante FEDERAMINAS – Fez uma solicitação: “A partir de agora, a empresa*
1357 *comunicou que está mandando os monitoramentos atrasados que a multa fosse lavrada*
1358 *naquela data, porque esperar 3, 4 anos para depois lavar a multa? Vocês que estão*
1359 *seguindo, vocês é que tem que achar o caminho correto. Isso que eu não estou*
1360 *entendendo.” – Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Propôs o cancelamento da*
1361 *licença pelo descumprimento das condicionantes. - Luciano Junqueira Melo - Presidente*
1362 *Suplente da URC Alto São Francisco – Informou ao conselheiro Camilo: “A dificuldade*
1363 *nossa é de realmente fazer o acompanhamento e aferição dos laudos de*
1364 *monitoramentos. Em função da nossa estrutura atual nós temos feito isso quando das*
1365 *revalidações ou quando há uma denúncia ou fiscalização oportuna. É uma falha nossa.*
1366 *Nós estamos tentando corrigir. Possivelmente depois do dia 4 de junho agora um novo*
1367 *sistema de informática vai entrar no ar. Esse sistema já prevê um alerta na tela do*
1368 *técnico que quando há descumprimento de condicionante por prazo e o sistema já faz a*
1369 *aferição do parâmetro. Se está sendo atendido ou não. Ou seja, nós vamos ter essa*
1370 *informação de pronto. Os autos serão lavrados de ofício. Não necessariamente nós*
1371 *vamos ter condição de ir a campo em todos os empreendimentos para verificar se o*
1372 *impacto se estende além do automonitoramento.” - Luciano Junqueira Melo -*
1373 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos colocou em*
1374 *votação o item 10.4 da pauta - Frigorífico Formigão e o **PARECER foi APROVADO***
1375 *conforme proposta da SUPRAM. – **Item 10.5. Mineradora Pedra do Chumbo Ltda.***
1376 *- **Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento -***
1377 ***Moema/MG - PA/Nº 00245/1994/004/2011 - DNPM nº 835.654/1994 - Classe 3 -***
1378 ***Apresentação: Supram ASF. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de***
1379 ***Bacias do Entorno da Represa de Três Marias** – Ressaltou sobre a falta do responsável*
1380 *técnico. “Inclusive, esse funcionamento dessa empresa me parece que realmente pelos*
1381 *problemas apresentados no relatório carece de responsável técnico mesmo. Estou*



1382 *solicitando que quando, se ele voltar a pedir licenciamento que se exija um responsável*
1383 *técnico.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Observou*
1384 *ainda: “Nós vivemos sempre falando de empreendimentos que correu atrás que nem o*
1385 *que a Dra. sustentou aqui, vem pedir uma LOC. Esse aqui não tem condição nem de*
1386 *pedir TAC com a SUPRAM para continuar operando. A gestão completamente*
1387 *ineficiente e poluidora. Inclusive, nesse caso também eu já isso fazer isso no final, mas*
1388 *vou requisitar cópia integral do procedimento que eu vou também propor ação criminal*
1389 *contra esse empreendimento. É um empreendimento criminoso. Ele está executando*
1390 *extração de recurso mineral em completo desacordo com a licença obtida. Também vou*
1391 *propor ação penal contra esse empreendimento.” – Silvestre – SUPRAM ASF –*
1392 *Esclareceu: “Eu tive a oportunidade de conversar com o conselheiro Ronaldo,*
1393 *representante do DNPM. Ele não veio, mas em conversa por telefone também, quando*
1394 *nós fomos visitar o empreendimento ele já estava, o DNPM já tinha ido lá, constatado*
1395 *irregularidade e ele me falou até que viria manifestar. Em conversa com ele, parece*
1396 *que o direito minerário está in judice, a poligonal foi deslocada. Com relação ao*
1397 *responsável técnico, nós até detectamos que realmente não tinha, mas como o processo*
1398 *era para indeferimento nós não íamos pedir uma informação complementar para poder*
1399 *saber quem é o responsável técnico. Pela situação do empreendimento em si mesmo,*
1400 *porque estava um empreendimento totalmente operando de forma irregular. Não*
1401 *porque ele já estava paralisado pelo DNPM, não teve nem como operar nesses 10 dias.*
1402 *– Isabela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Mesmo nesses casos que nós damos 10 dias*
1403 *para procurar a SUPRAM, preencher FCEI, o empreendimento não está autorizado a*
1404 *operar nesse período.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto*
1405 *São Francisco – Após as discussões colocou em deliberação o item 10.5 da pauta -*
1406 *Mineradora Pedro do Chumbo e o **PARECER foi APROVADO** conforme proposta da*
1407 *SUPRAM. – **Item 11. Assuntos Gerais.** – Francisco de Assis Braga – Representante*
1408 *ABES – Informou: “Está aberto no site da SEMAD o recebimento de contribuições*
1409 *para a DN 74/04. Na verdade, o que está aberto no sistema é somente sugestão bem*
1410 *direcionada para o empreendimento. Inclui-se um. Muda-se outro. Eu tenho uma*
1411 *inquietação um pouco diferente que inclusive nós conversamos bastante sobre isso*
1412 *hoje. Se eu não em engano, na época da Maria Cláudia nós já havíamos falado sobre*
1413 *isso e parece que há uma sinalização de que isso acontece. Veja bem. Na DN 74 o*
1414 *enquadramento, classificação não enquadramento do empreendimento atende a dois*
1415 *critérios que é o tamanho do empreendimento e o seu potencial poluidor degradador no*
1416 *meio ar, solo e água. Ele é um enquadramento fixo e rígido, mas isso não reflete*
1417 *adequadamente a situação ambiental que o empreendimento se enquadra. Explico.*
1418 *Instalaram uma siderúrgica de porte tal e potencial poluidor degradador x na área*
1419 *rural é uma coisa. Na área urbana é outra, mas na DN da siderúrgica prevê dois*
1420 *padrões. Tudo bem, mas não são só padrões de emissão que vão permitir a*
1421 *regularização e o funcionamento adequado daquele empreendimento. Nós vimos aqui*
1422 *que a localização é o ponto chave para se definir o potencial de impacto de um*
1423 *empreendimento. Eu vou citar exemplos que nós já vivemos aqui. Se não em engano o*
1424 *nome é loteamento Dona Ziza, Nova Serrana. Área de Mata Atlântica. Foi? não foi*
1425 *aceito. Uma bomba. Dona Ziza não. Sei lá. Tem um loteamento lá. Não interessa. Nós*
1426 *demos bomba no loteamento porque ele era numa área de Mata Atlântica. Se fosse uma*
1427 *área de pastagem o mesmo projeto será que tomaria bomba? Com certeza não. Eu*
1428 *sugiro a inclusão do critério de localização dentro da classificação do empreendimento*
1429 *na DN 74. Vem um terceiro critério. Por exemplo, poderíamos adotar as restrições*



1430 previstas no Zoneamento Ecológico Econômico. Pode ser um critério. Levantamento de
1431 áreas reconhecidas como ambientalmente sensíveis e relevantes como as áreas
1432 cársticas. É uma área cárstica, então, vou ter um critério diferenciado para esse
1433 empreendimento. Não é na área cárstica? Então é outro critério. Restrições
1434 decorrentes da classe de enquadramento do trecho do corpo hídrico afetado pela
1435 atividade. Até o Dr. Roberto chamou a atenção. Classe 2. É preciso lincar, além de
1436 recursos hídricos, o enquadramento do corpo hídrico com o que eu autorizo a
1437 funcionar ao lado do trecho classe especial, classe 1, classe 2 para não haver
1438 incoerência. Assim, os empreendimentos localizados fora de padrões socioeconômicos
1439 ecológicos regionais ou locais aceitáveis poderiam ser excluídos no ato da LP ou
1440 mesmo ser exigido um estudo ambiental mais detalhado para que eu avalie a
1441 viabilidade ambiental daquele empreendimento naquele lugar. Isso poderia ser feito na
1442 LP, na LOC. Eu tenho uma licença corretiva, mas esse empreendimento pode continuar
1443 aí ou não? Ele não foi licenciado ambientalmente. Ele existe desde 1950. Ele pode
1444 continuar aí ou nós não vamos aceitar que ele fique aí? Ou mesmo a revalidação da
1445 LO. De repente a cidade cresceu, criou-se uma situação de conflito em que ele não
1446 pode mais, em função da localização e do ambiente em volta continuar operando ali.
1447 Eu pus aqui alguns exemplos. A siderúrgica na área rural e urbana. Esse bairro em
1448 Mata Atlântica. A área cárstica e a questão da classe de uso, da classe de qualidade do
1449 corpo hídrico. É preciso nós observarmos isso, porque se nós incluirmos esse critério
1450 na DN 74, avalia porte e potencial poluidor degradador. Eu enquadro o
1451 empreendimento, mas aonde ele vai estar? Eu deveria ter uma terceira situação em que
1452 eu tenho já previamente uma classificação de local que em função desse local eu posso
1453 até excluir ou então exigir um estudo ambiental mais aprofundado ou mesmo liberar o
1454 empreendimento para aquele local. Eu não sei se daqui essas contribuições podem, se o
1455 Luciano pode levar essas contribuições lá. Eu acho que se nós incluirmos essa questão
1456 nós avançamos muito em termos da qualidade do licenciamento que nós estamos
1457 fazendo.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco
1458 – Esclareceu aos conselheiros: “A discussão da 74 vem desde 2008 quando foram
1459 estabelecidas as diretrizes para a revisão. Foi inserido como diretriz da revisão o
1460 aspecto locacional. Já estava previsto o aspecto locacional. A SEMAD por questões
1461 tecnológicas e de efeito escala não conseguiu colocar nessa versão da 74 o aspecto
1462 locacional, mas a diretriz permanece. O que está sendo revisto na 74, além de porte e
1463 inserção de novos parâmetros e exclusão de outros parâmetros. A compilação de todas
1464 as normas que conflitam com a 74. Não são poucas. Normas do próprio estado que
1465 conflitam. Ou seja, vai virar como se fosse um compêndio de todas as outras normas
1466 relativas com relação ao licenciamento ambiental. Nós estamos adquirindo imagens de
1467 satélites com precisão de 25 m². Ao conseguir adquirir efeito escala e aí sim, inserir o
1468 aspecto locacional. Só após a aquisição dessas imagens de satélite que nós vamos
1469 conseguir chegar nesse anseio que é do senhor e é nosso também. A dificuldade maior
1470 não está nem nas áreas rurais, mas sim nas áreas urbanas, porque também temos de
1471 incorporar nesse aspecto locacional os planos diretores municipais. É a tendência. É a
1472 diretriz que estabelece. Já orienta nesse sentido. As discussões vão nesse sentido. Acho
1473 que com algum tempo nós vamos ter isso em prática.” – Anaximandro – Representante
1474 PUC Minas – Destacou: “Aqui em Assuntos Gerais quero deixar consignado em ata.
1475 Acho que muitos conselheiros vão concordar com o que eu vou dizer, mas parabenizar
1476 a nossa Superintendente que hoje não está aqui, a senhora Paula Fernandes dos Santos
1477 pelo nascimento do Luca. O filhinho dela que ocorreu na última segunda-feira dia 21.



1478 *Deixar aqui registrado em nome da PUC Minas os parabéns para a nossa conselheira*
1479 *que agora está de licença merecida. Tenha uma boa convivência inicial com o Luca que*
1480 *nasceu. Obrigado.” – Marcos Veloso – Representante CREA – Fez uma solicitação:*
1481 *“Senhor presidente, eu estava querendo fazer uma solicitação se possível à equipe que*
1482 *administra essas reuniões daqui do conselho que se possível quanto ao som. Eu tenho*
1483 *tido muita dificuldade de ouvir o som, principalmente quando as pessoas tem a voz*
1484 *muito grave ou fala um pouco baixo. As caixas de som são direcionadas para o*
1485 *auditório. Se haveria a possibilidade de colocar uma caixa de som direcionada para*
1486 *nós aqui nesse meio aqui ou nos cantos direcionadas para nós para facilitar essa*
1487 *audição. O problema, acredito que seja só meu. Ele ocorre devido às deficiências*
1488 *ocorridas pelo avanço da idade, são as limitações que a idade traz para nós. Isso está*
1489 *me preocupando. Eu tenho tido alguma dificuldade de ouvir, nesse caso. Se for possível*
1490 *eu gostaria que pelo menos fosse feito uma experiência numa próxima reunião quanto a*
1491 *isso. Obrigado.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Fez um convite:*
1492 *“Gostaria de deixar um convite a todos os conselheiros e técnicos da SUPRAM e*
1493 *demais pessoas presentes. Nós vamos estar no dia 02 de junho iniciando a semana do*
1494 *Meio Ambiente em Pains e tem várias atividades. Nós vamos estar encaminhando a*
1495 *programação. Tem atividades durante toda a semana. Todas as atividades bacanas.*
1496 *Inclusive, nós vamos estar fazendo um abraço no lago lá no Parque Dona Ziza. Tem um*
1497 *museu de arqueologia. Na sequência nós estamos encaminhando o convite e vai ter*
1498 *todas as atividades. A promotoria que estiver presente para nós será bom. Todos os*
1499 *conselheiros é uma satisfação para nós.” – Adauto – Representante SEDE – “Eu iniciei*
1500 *a minha fala falando de gestão ambiental. Prêmio de gestão ambiental. O que nós*
1501 *vimos aqui hoje foi um verdadeiro show de horrores eu diria. Desempenho ambiental e*
1502 *principalmente o que garante esse desempenho é a gestão eficiente disso e a função do*
1503 *responsável técnico, do profissional de Meio Ambiente específico. Eu já ouvi algumas*
1504 *moções desse conselho a respeito de aparelhamento da SUPRAM, dos técnicos da*
1505 *SUPRAM que também estejam habilitados para analisar esses processos. Hoje nós*
1506 *tivemos aqui vários empreendimentos, alguns em áreas cársticas, inclusive, pelo que eu*
1507 *vi não consegui encontrar nenhum espeleólogo, nenhum arqueólogo, ninguém para*
1508 *trabalhar e analisar e dar embasamento para que nós conselheiros votemos esses*
1509 *procedimentos desses projetos, votemos esses processos. Mais uma vez, como se diz,*
1510 *levantando novamente as questões das moções anteriores. A responsabilidade técnica*
1511 *desses profissionais hoje, foi o que foi mais discutida aqui é o responsável técnico. O*
1512 *tempo todo. Não só da parte do empreendedor, mas também na parte da SUPRAM.*
1513 *Precisa ter uma equipe multidisciplinar realmente e que seja habilitada para tal. De*
1514 *acordo com o conselho de classe. Perdão que eu sempre tendo a ir para o CREA. É de*
1515 *praxe, mas é o conselho de classe em geral.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
1516 *Representante Ministério Público – Manifestou em relação a DN 74: “Eu vou deixar*
1517 *registrado em ata que eu acho que para você partir da DN 74, antes de mais nada,*
1518 *tinha que começar com respeito a Legislação Federal. Nós já tivemos várias situações*
1519 *de desgaste aqui. O Camilo lembra bem, de empreendimento que a Legislação Federal*
1520 *manda apresentar EIA-RIMA e pela DN 74 o empreendedor é direcionado*
1521 *erroneamente a PCA e RCA, depois gera aqui de nós pedirmos uma baixa em*
1522 *diligência. O empreendedor fica sem entender nada. Depois pode gerar uma nulidade,*
1523 *gerou várias ações civis públicas. Quando isso pode ser facilmente resolvido*
1524 *agregando aos critérios da Resolução CONAMA dentro da DN 74. Resolvendo o*
1525 *empreendedor já sai diretamente orientado, já sabendo da legislação. Não ia ter*



1526 confronto, não ia ter inconstitucionalidade. Eu acho que a base para nós revermos a
1527 DN 74 é o respeito à Legislação Federal também. Não adianta querer criar um
1528 subsistema menos restritivo que isso vai gerar ações civis públicas. É um tiro no pé. Eu
1529 queria registrar também. Pedir ao Professor Francisco. Eu gostei muito das sugestões
1530 dele. Se o senhor pudesse encaminhar isso por escrito também para as sugestões que a
1531 SEMAD está pedindo. Quem sabe eles incorporam. Nós vamos sair em uma
1532 manifestação conjunta do MP, mas as outras instituições participantes aqui do
1533 conselho eram importantes que saíssem. Era importante que nós saíssemos alguma
1534 coisa na DN 74 relativo, nessa alteração da DN relativo aos impactos sinérgicos. Nós
1535 estamos aqui cansados de ver esses empreendimentos que são classe 1, classe 2, classe
1536 3 todos concentradas numa área que torna a área inviável. Ambientalmente inviável
1537 como o professor colocou também. O critério, além da localização, mas também o
1538 critério de impacto sinérgico fosse um dos critérios a serem tratados. É importante
1539 também nós mudar a AAF. A AAF tem que parar de ser uma folhazinha simples. Até o
1540 nosso presidente estava me explicando que o estado já está buscando rever isso.
1541 Aumentar as informações que serão apresentadas na AAF. A AAF tem que ter no
1542 mínimo de um plano de controle ambiental. A AAF já é o cúmulo do cúmulo do
1543 automonitoramento. Pelo menos que ele apresente um plano de gestão ambiental, um
1544 plano de controle ambiental que ele possa ser vinculado e não assine uma folhinha com
1545 obrigações genéricas de preservar o Meio Ambiente. Eu acho que a partir daí nós
1546 temos muito a evoluir, mas essas sugestões eu acho que são importantes. São
1547 essenciais para que nós evitemos muito desgaste aqui no conselho, principalmente mais
1548 que o desgaste nosso os danos ambientais que vem sendo causados aqui na região.” –
1549 Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Ressaltou
1550 sobre a fala do conselheiro Mauro no que diz respeito ao encaminhamento das sugestões
1551 para a DN 74. “É a oportunidade que nós temos de propor as alterações. Inclusive, o
1552 que foi debatido aqui hoje sobre o responsável técnico pela operação. Isso é uma
1553 prática desse conselho. Já foi tentado implementar em outros conselhos sem sucesso.
1554 Então, que essa sugestão também venha dos senhores. Há um inscrito para uso da
1555 palavra o senhor João Leite Machado.” – João Leite Machado – Diretor do
1556 Departamento de Cultura ao Meio Ambiente e Presidente do CODEMA de Capitólio –
1557 “Iria falar primeiro sobre as condicionantes. A linha de transmissão Centro Oeste foi
1558 imposta uma condicionante para ela de construir um Centro de Educação Ambiental
1559 em Capitólio e deu um prazo de 6 meses para eles construírem. Até hoje eles não
1560 construíram. Eles estão lá inicialmente com uma verba de 50 mil reais, mas o prefeito
1561 falou que não tem jeito. Não dá para fazer. Eles propuseram a prefeitura liberar um
1562 cômodo assim para eles montarem, mas também não dava. Na condicionante está
1563 falando que é para construir, então é para construir. Ouvei falar que eles teriam feito
1564 um acordo com Escolas Estaduais eles cederiam uma sala e eles montavam, mas até
1565 agora não chegou nada na prefeitura. Queria ver o que pode fazer para nos ajudar lá.
1566 Outra coisa. Eu como presidente do CODEMA e diretor do Departamento de Meio
1567 Ambiente uma das funções nossas e que temos em mente é ter educação ambiental na
1568 cidade. Foi um condomínio lá que está um condomínio de lazer eu pedi licenciamento e
1569 como condicionante nós pedimos para eles estarem financiando para nós um programa
1570 de educação ambiental. Eles concordaram. Eu chamei o Dirceu para nos ajudar a
1571 montar. Ele montou o programa. Está aqui. Ele será implantado nas escolas e consta
1572 que o concurso de desenho, frases e redação. O de desenho vai do primeiro ao quinto
1573 ano do ensino fundamental. De frases do sexto ao nono ano. De redação do primeiro ao



1574 terceiro ano do ensino médio. Como premiação nós vamos dar um tablet para o
1575 primeiro colocado, uma camiseta, um boné e um passeio de chalana. Esse passeio de
1576 chalana na represa vai ser no dia 16 de junho e eu queria deixar aqui o convite a todos
1577 os conselheiros que quiserem participar lá conosco e os técnicos da SUPRAM. Alguém
1578 que estiver interessado passar para nós o número da camiseta para nós estarmos
1579 confeccionando. Vou deixar, se o Dirceu quiser falar alguma coisa.” – Dirceu Costa –
1580 Representante CODEMA Pains – Complementou a fala do diretor do CODEMA.” Com
1581 relação ao programa de educação ambiental está em execução e no dia 16 vai ser a
1582 premiação. Um concurso de desenho, frase e redação para as escolas. Essa premiação
1583 vai ser no Lago de Furnas as 10 horas. Com o passeio de chalana, nós vamos estar
1584 dando os brindes para as crianças todas, mas o mais importante que ele falou lá é com
1585 relação ao cumprimento de uma condicionante que foi imposta a Furnas Centrais
1586 Elétricas. É uma condicionante para ele estar criando no município de Capitólio,
1587 implantando um centro de educação ambiental. Pelo que o prefeito já me falou e o João
1588 tem me passado, eles ofereceram para eles 50 mil para implantar esse centro de
1589 educação ambiental. Eles acham que isso é insuficiente. Não dá para fazer nada. Está
1590 aquele jogo. Eles oferecem 50, mas a prefeitura não pode pegar essa responsabilidade
1591 por esse valor. Nesse momento ele está ali reclamando isso. É uma condicionante que
1592 está imposta no processo de licenciamento ambiental.” – Anaximandro – Representante
1593 PUC Minas – Cumprimentou o diretor: “Parabenizando o João que é um companheiro
1594 nosso do Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto São Francisco. Capitólio também
1595 está lá no território da Bacia do Alto São Francisco. Eu gostaria então que constasse
1596 como denúncia o descumprimento de condicionante e fosse instada a equipe da
1597 SUPRAM a fazer uma vistoria e notificar ao empreendedor que apresente a
1598 condicionante cumprida ou a justificativa pelo seu não cumprimento para verificar essa
1599 situação, porque fica muito fácil para o empreendedor. Especialmente se tratando de
1600 Furnas Centrais Elétricas e hoje vindo para cá ouvir umas 3 ou 4 propagandas de
1601 Furnas Centrais Elétricas no rádio parece que está com dinheiro para fazer
1602 propagandas no rádio, Itatiaia e outras emissoras de renome e está querendo transferir
1603 a obrigação de cumprimento de condicionante. Salvo engano, a condicionante é o que
1604 eles implantem o Centro de Educação Ambiental e está querendo que a prefeitura faça
1605 isso. Eu acho que conste como uma denúncia e que a equipe da SUPRAM verifique isso
1606 sobre o cumprimento dessa condicionante.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente
1607 Suplente da URC Alto São Francisco – Solicitou informações sobre qual processo se
1608 referia a solicitação. – João Leite Machado – Diretor do Departamento de Cultura do
1609 Meio Ambiente e Presidente do CODEMA de Capitólio – Informou que se tratava do
1610 processo da Linha de Transmissão Centro Oeste, Furnas em Pimenta. – Dirceu Costa –
1611 Representante CODEMA Pains – Esclareceu: “Essa condicionante foi bastante
1612 discutida na época, mas foi aprovada que Furnas Centrais Elétricas implantasse um
1613 Centro de Educação Ambiental em Capitólio. No município de Capitólio. Parece que
1614 eles foram lá e tentaram, não sei se fez ou tentou fazer um convênio com a escola,
1615 depois ofereceram 50 mil para a prefeitura estar cumprindo essa condicionante e o
1616 prefeito achou isso muito pouco. Não dá para cumprir a condicionante e não assumiu a
1617 responsabilidade. Acho que ele agiu de uma forma correta. Sempre o pessoal da
1618 cidade, nós rodamos muito por ali, está reclamando isso. Vem reclamando sempre,
1619 sempre. Hoje eu tive a oportunidade de vir com o João e falei que pode apresentar isso
1620 que é o espaço adequado.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante
1621 FEDERAMINAS – Cumprimentou ao conselheiro Dirceu: “Primeiro te cumprimentar



1622 *pela coleta seletiva em Pains. Eu estive no lançamento das carrocinhas e hoje eu tive a*
1623 *grata surpresa de saber que a carrocinha já é coisa do passado e ela já evoluiu. É o*
1624 *que eu sempre digo, as questões ambientais tem de ter seguimento se não tiver não vai*
1625 *independente de política. Tenho certeza que esse desenvolvimento da coleta seletiva em*
1626 *Pains se deve ao Secretário de Meio Ambiente que tem a atuação em cima nesse*
1627 *sentido. Meus parabéns para você e ao secretário de Meio Ambiente. Agora, esse*
1628 *respeito dessa condicionante não cumprida eu sugiro que a prefeitura faça através de*
1629 *ofício que a condicionante até hoje não foi cumprida e já tem muito tempo. Senão*
1630 *depois eles vão ser multados lá na renovação da licença. Não adianta.” – Dirceu Costa*
1631 *– Representante CODEMA Pains – Lembrou sobre o licenciamento de rodovias. “O Dr.*
1632 *Mauro trouxe uma informação importante aqui com relação ao licenciamento das*
1633 *rodovias. Eu esqueço. Só esse final de semana me parece que morreram 5 ou 6 lá na*
1634 *rodovia, na 439, para Pains. Eu vou levantando os dados para trazer, mas chega no..*
1635 *quanto? 8. Gente, não tem condição das coisas continuar da forma que está. O que*
1636 *ocorreu? Bateu no eucalipto, não sei o que tem. Coisas que nós poderíamos resolver*
1637 *aqui no licenciamento ambiental. As pessoas estão morrendo lá todos os dias. Num*
1638 *final de semana 8 pessoas? Isso é um absurdo. Aqui nós todos passamos por lá. O*
1639 *pessoal da equipe técnica da SUPRAM e nós passamos nessa rodovia é um trecho*
1640 *curto. Pensa que é muito tranquilo, onde que acontecem os acidentes? Mas vira e mexe*
1641 *tem lá um acidentado. Eu mesmo tive o desprazer de ver 3 corpos no piso da rodovia.”*
1642 *– **Item 12. Encerramento.** - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC*
1643 *Alto São Francisco – Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11 horas e*
1644 *45 minutos.*

1645
1646
1647
1648
1649
1650

Danilo Vieira Junior
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco